COLEÇÃO
COMUNICAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS



POLÍTICAS PÚBLICAS

Múltiplas Agendas de Roraima ao Mundo

ELÓI MARTINS SENHORAS
CÂNDIDA ALZIRA BENTES DE MAGALHÃES SENHORAS
(organizadores)



EDITORA UFRR

POLÍTICAS PÚBLICAS

Múltiplas agendas de Roraima ao mundo

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA – UFRR

Reitor:
Jefferson Fernandes do Nascimento

Vice-Reitor:
Américo Alves de Lyra Júnior

Pró-Reitora de Ensino e Graduação:
Lucianne Braga Oliveira Vilarinho

EDITORA DA UFRR

Diretor da EDUFRR:
Cezário Paulino Bezerra de Queiroz

CONSELHO EDITORIAL

Alexander Sibajev
Edlauva Oliveira dos Santos
Cássio Sanguini Sérgio
Guido Nunes Lopes
Gustavo Vargas Cohen
Lourival Novais Neto
Luís Felipe Paes de Almeida
Marisa Barbosa Araújo Luna
Rileuda de Sena Rebouças
Silvana Túlio Fortes
Teresa Cristina Evangelista dos Anjos
Wagner da Silva Dias

Editora da Universidade Federal de Roraima
Campus do Paricarana – Av . Cap . Ene Garcez, 2413, Aeroporto - CEP .: 69.304-000. Boa Vista - RR - Brasil
Fone:+55.95.3621-3111 e-mail: editoraufrr@gmail.com

A Editora da UFRR é filiada à:

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS EDITORAS UNIVERSITÁRIAS

Asociación de Editoriales Universitarias de América Latina y el Caribe

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA - UFRR



Volume 29

POLÍTICAS PÚBLICAS

Múltiplas agendas de Roraima ao mundo

ELÓI MARTINS SENHORAS
CÂNDIDA ALZIRA BENTES DE MAGALHÃES SENHORAS
(organizadores)



BOA VISTA/RR
2018

Editora da Universidade Federal de Roraima

Todos os direitos reservados.
A reprodução não autorizada desta publicação, no todo ou em parte, constitui violação dos direitos autorais (Lei n. 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.



EXPEDIENTE

Revisão:
Francisleile Lima Nascimento

Capa:
Berto Batalha Machado Carvalho
Elói Martins Senhoras

Projeto Gráfico e Diagramação:
Berto Batalha Machado Carvalho
Cândida Alzira B. M. Senhoras

Organizadores da Coleção
Elói Martins Senhoras
Maurício Zouein

Conselho Editorial
Charles Pennaforte
Claudete de Castro Silva Vitte
Elói Martins Senhoras
Maurício Elias Zouein
Sandra Gomes
Sônia Costa Padilha

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO-NA-PUBLICAÇÃO (CIP)

P 769 SENHORAS, Elói Martins; SENHORAS, Cândida Alzira Bentes de Magalhães

Políticas públicas: Múltiplas agendas de Roraima ao mundo. Boa Vista: Editora da UFRR, 2018, 159 p.

Coleção: Comunicação e Políticas Públicas, v. 29. Elói Martins Senhoras, Maurício Elias Zouein (organizadores).

ISBN: 978-85-8288-170-5

1- Políticas Públicas. 2 - Brasil. 3 - Roraima.
I - Título. II - Senhoras, Elói Martins. III - Série

CDU – 32: 338 (811.4)

FICHA CATALOGRÁFICA: BIBLIOTECA CENTRAL DA UFRR

A exatidão das informações, conceitos e opiniões são de exclusiva responsabilidade do autor.

EDITORIAL

O Núcleo de Pesquisa Semiótica da Amazônia (NUPS), da Universidade Federal de Roraima (UFRR), criou a "Coleção Comunicação & Políticas Públicas" com o objetivo de divulgar livros de caráter didático produzidos por pesquisadores da comunidade científica que tenham contribuições nas amplas áreas da comunicação social e das políticas públicas.

O selo "Coleção Comunicação & Políticas Públicas" é voltado para o fomento da produção de trabalhos intelectuais que tenham qualidade e relevância científica e didática para atender aos interesses de ensino, pesquisa e extensão da comunidade acadêmica e da sociedade como um todo.

As publicações incluídas na coleção têm o intuito de trazerem contribuições para o avanço da reflexão e da *praxis*, seja na comunicação social, seja nas políticas públicas, e para a consolidação de uma comunidade científica comprometida com a pluralidade do pensamento e com uma crescente institucionalização dos debates nestas áreas.

Concebida para oferecer um material sem custos aos universitários e ao público interessado, a coleção é editada nos formatos impresso e de livros eletrônicos a fim de propiciar a democratização do conhecimento sobre as relações internacionais *lato sensu* por meio do livre acesso e divulgação das obras.

Elói Martins Senhoras, Maurício Elias Zouein
(Organizadores da Coleção Comunicação & Políticas Públicas)

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO | 11

CAPÍTULO 1 | 17
Políticas Externa e de Desenvolvimento

CAPÍTULO 2 | 47
Políticas Sociais e de Assistência

CAPÍTULO 3 | 83
Políticas de Segurança e Defesa

CAPÍTULO 4 | 115
Políticas de Turismo

AUTORES | 149

Políticas públicas são definidas por toda ação ou omissão política estatal ou da sociedade civil com repercussão na res pública em determinada periodização e espacialização.

Elói Martins Senhoras;
Cândida Alzira B. M. Senhoras

APRESENTAÇÃO

APRESENTAÇÃO

A obra "Políticas Públicas: Múltiplas agendas de Roraima ao Mundo" trata-se de um livro de coletânea de diferentes contribuições científicas apresentadas no I Seminário de Políticas Públicas de Roraima, realizado no primeiro semestre do ano de 2018 no município de Boa Vista (RR).

O presente evento explorou as políticas públicas a partir de uma concepção sistêmica e multisetorializada, teórica, histórica e empírica, sendo conformado por um amplo público composto desde estudantes de graduação e pós-graduação, profissionais do setor público e demais interessados na temática.

Neste livro, os artigos consolidam um espaço de comunicação de pesquisas concluídas ou em desenvolvimento que integraram durante o I Seminário de Políticas Públicas de Roraima a comunidade epistêmica na área e de certo modo contribuem como uma iniciativa inicial para o fortalecimento do campo da investigação em políticas públicas no estado.

Constituído por 44 resumos expandidos, apresentados oralmente no I Seminário de Políticas Públicas de Roraima, o presente livro foi estruturado em 4 capítulos temáticos que correspondem aos núcleos de convergência aglutinadora das diferentes pesquisas apresentadas, respectivamente identificados por: 1. Política Externa e de Desenvolvimento; 2. Políticas Sociais e de Assistência; 3. Políticas de Segurança e Defesa; 4. Políticas de Turismo.

No primeiro capítulo, "Políticas Externa e de Desenvolvimento", foram apresentados 12 trabalhos que versam, tanto, sobre agendas temáticas da política externa brasileira (4), quanto, sobre agendas de desenvolvimento em Roraima (5) e projetos de desenvolvimento estruturados em outros países (3).

No segundo capítulo, "Políticas Sociais e de Assistência", o livro apresenta 11 trabalhos que abordam de modo transversal, respectivamente, 4 textos sobre a temáticas educacionais, 4 pesquisas a

respeito da problemática da migração venezuelana em Roraima e 3 pesquisas sobre outros tópicos diversos de natureza social.

No terceiro capítulo, "Políticas de Segurança e Defesa", das 11 pesquisas expostas no livro, 5 delas versaram sobre questões de segurança pública com foco em Roraima e outras 6 exploraram diferentes facetas das Forças Armadas no contexto intranacional no Brasil.

No quarto capítulo, "Políticas de Turismo", 10 textos foram apresentados, de modo que 1 deles apresentava uma discussão com foco nacional no turismo brasileiro, 4 deles com abordagens sobre questões turísticas estado de Roraima e 5 textos abordando iniciativas no âmbito do turismo de diferentes municípios roraimenses.

As contribuições sobre políticas públicas presentes nos 44 textos distribuídos nos 4 capítulos do presente livro foram elaborados por um total de 74 autores, os quais na sua maioria estruturaram suas pesquisas em um sistema de co-autoria (91,5%) e com uma majoritária presença de pesquisadoras do gênero feminino (63,5%).

Os 44 textos apresentados neste livro foram selecionados por um sistema de avaliação do tipo *blind review* por 9 professores da Comissão Científica - Ana Célia de Oliveira Paz; Caroline Coelho Cataneo; Dorcílio Erik Cícero de Souza; Geysa Alves Pimentel; Jemima Pascoal dos Santos e Silva; Joelma Fernandes de Oliveira; Jordana de Souza Cavalcante; Julia Faria Camargo; Max André de Araújo Ferreira - em um universo de 79 textos submetidos para o I Seminário de Políticas Públicas de Roraima, resultando em uma taxa de aprovação de 55,7%.

A origem dos pesquisadores cujos textos estão expostos neste livro é concentradamente caracterizada por professores (12%) estudantes de graduação (58%) e pós-graduação (40%) de 6 Instituições de Ensino Superior de Roraima (96%), contando com a participação de 3 pesquisadores de oriundos de distintos países sulamericanos.

As discussões e resultados apresentados no presente livro apontam não apenas a abertura para discussões sobre políticas públicas em Roraima e a partir de pesquisadores roraimenses nativos ou não, mas

principalmente abre uma importante janela de oportunidades para a consolidação de um campo dialógico e para uma comunidade epistêmica no campo de Políticas Públicas.

Em nome dos organizadores do I Seminário de Políticas Públicas de Roraima - Ana Claudia Lima; Cândida Alzira Bentes de Magalhães Senhoras; Deivy Batista Abreu; Diego Rodrigues dos Santos; Dorete Schmeling Padilha; Ednil Libanio da Costa Junior; Elói Martins Senhoras; Érico Veríssimo; Francisleile Lima Nascimento; Hugo Alt Diniz; Iara Loureto Calheiros; Max André de Araújo Ferreira; Neider Andrey Devia Merchan; e, Renata Morgado Silva - desdobramos o ensejo para que esta obra seja amplamente utilizada pelo público leigo ou especializado no âmbito das políticas públicas.

Boa leitura!

Elói Martins Senhoras

Cândida Alzira Bentes de Magalhães Senhoras

(organizadores do livro)

CAPÍTULO 1

Políticas Externa e de Desenvolvimento

A POLÍTICA EXTERNA ECONÔMICA DE TEMER

Paulo Henrique Rodrigues da Costa

Vitor Fernando Matias Melo

A atual conjuntura da política interna brasileira, frente a recente troca de governo - a qual transpôs a simples mudança na representatividade da figura do chefe de Estado, abarcando, pois, a troca das ideologias de ação política adotadas pelos mesmos-, somados a diminuta participação popular nos debates e especulações acerca do rumo da política comercial externa, transpõem uma ação menos concisa do Brasil no cenário internacional e sua perda de influência no mesmo.

Com base nesta problemática, a justificativa da presente pesquisa fundamenta-se, na atual despriorização da política externa brasileira, sobretudo as de cunho econômico, como medida de ação do governo em perspectiva da diminuição dos efeitos da crise econômica interna. Por tais princípios e frente à necessidade de um posicionamento internacional mais conciso do país na área da economia internacional, sobretudo, em âmbito econômico regional.

A presente pesquisa tem como objetivo instigar o debate acerca das políticas econômicas externas adotadas até o então mandato do Presidente da República Michel Temer, através de um estudo de caso e da análise conjuntural/historiográfica de sua linha de ação, em comparação aos governos anteriores. Em uma segunda instância, busca conscientizar a população acerca da dinâmica de dependência mútua de políticas internas e externa, cujos objetivos momentâneos consistem na retomada do crescimento econômico do país, além do preenchimento da lacuna referencial sobre tal assunto.

Desde sua tomada de posse em maio de 2016, Michel Temer, dá início as reformas na Política Externa Brasileira – PEB-, logo de cara percebe-se uma mudança no eixo idiótico pela então quebra de tradição tácita na nomeação de José Serra, político *strictu sensu*, como Ministro

das Relações Exteriores, cargo até então majoritariamente ocupado por diplomatas formado pelo Instituto Rio Branco. A maior transformação da "nova" política externa consiste na sua suposta desideologização e no redirecionamento de suas relações, do então eixo Sul-Sul – vigente nos governos Lula e Dilma -, para o retorno a tradição Norte-Sul.

Retomando, por conseguinte, a preferência pelo bilateralismo nas negociações econômicas e parcerias tradicionais, como com os Estados Unidos, em detrimento do multilateralismo e de seu protagonismo regional. Havendo, pois, uma diminuição de intensidade e inovação em suas relações frente ao processo de integração regional, por meio da IIRSA e da UNASUL, como por exemplo, substituídas por acordos comerciais bilaterais como com o Paraguai – aviação e construção; Chile - interligação dos portos de Santos e de Iquique; Argentina - ciência e tecnologia- e México - aproximação econômica.

Em contrapartida, funcionando em uma dinâmica quase que independente, ver-se o pouco dialogar entre as políticas econômicas internas – as quais consistem nas reformas previdenciária e trabalhista -, e externa diminuindo, pois, os resultados que se teria em uma execução conjunta. Como resultado de pesquisa é possível afirmar que, quanto política econômica externa, é perceptível a regressão a uma ortodoxia econômica de ação pautada no retorno ao eixo Norte-Sul, juntamente com a priorização em acordos bilaterais, não deixando, pois, de atuar conjuntamente aos blocos econômicos aos quais pertence, na busca pelo livre comércio, caracterizando-se, por conseguinte, com uma múltipla vertente de ação sem maiores pretensões e foco de ação a longo prazo.

Conclui-se que há a necessidade de uma maior e mais efetiva participação da população brasileira quanto ao rumo da política econômica externa do Brasil, frente à dificuldade de imposição no cenário internacional - devido a atual conjuntura do mesmo, pautado na onda protecionista, na alta volatilidade dos mercados financeiros e do terrorismo. Dar-se, portanto, a necessidade de uma ação mais efetiva e consistente na política externa econômica brasileira, frente à retomada de seu protagonismo regional e ao seu reconhecimento supraregional.

Palavras-chave: Brasil; governo Temer; política externa econômica.

POLÍTICAS PÚBLICAS DE PROMOÇÃO À EXPORTAÇÃO NO BRASIL

Gisele Gabriela

Alessandra Lemos

O presente trabalho se propõe a fazer um panorama das principais políticas públicas brasileiras que dizem respeito ao setor externo, estabelecendo um paralelo ao campo das Relações Internacionais. Todavia, o foco da pesquisa será voltado para um plano específico, o Programa de Financiamento às Exportações (PROEX), a fim de uma análise mais singular acerca dos impactos do programa sobre as indústrias nacionais.

Esta temática aborda a Política de Promoção de Exportação, a qual pode ser entendida como o conjunto de medidas de políticas públicas que realmente ou potencialmente incrementam a atividade exportadora na empresa, na indústria ou em nível nacional. Em vista disso, é notável a importância de tal assunto, razão pela qual foi escolhido para ser o objeto desta pesquisa.

A globalização altera constantemente as características da concorrência mundial, e um dos grandes desafios para o Brasil era o ajuste da formulação e a aplicação das políticas e estratégias para aumentar a competitividade em relação ao novo panorama do mercado internacional. A identificação dos desafios a serem superados para o aumento da competitividade externa é de extrema importância para a formulação de uma estratégia para a inserção no mercado internacional.

O objetivo deste trabalho é analisar o impacto que as políticas de promoção de exportação no Brasil vêm exercendo sobre as indústrias nacionais, tendo como objeto principal de análise o PROEX. Assim como em outras áreas de políticas públicas, o governo brasileiro tem dificuldades estruturais para utilizar sua política externa para gerar bens públicos. Portanto, faz-se necessário também uma análise dos desafios à

política externa brasileira, principalmente em um contexto onde as exportações estão assumindo cada vez mais um papel de destaque para o crescimento econômico.

Os procedimentos metodológicos utilizados na pesquisa foram de revisão bibliográfica e documental, bem como um estudo de caso. Para tal, foram utilizados os bancos de dados organizados pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), e também do Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES). Ademais, foram realizadas pesquisas de campo com professores da área de Relações Internacionais.

Por meio dos procedimentos metodológicos, os resultados obtidos mostraram-se não só complementares, mas superiores aos recursos privados ao apoiar empresas de setores de maior criação de valor, no caso do BNDES-Exim, e empresas de menor porte, no caso do PROEX. Quanto ao problema estrutural, observa-se que a combinação entre Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC), Ministério das Relações Exteriores (MRE) e Ministério da Fazenda criou, historicamente, conflitos de competência entre si.

Com base nos resultados identificados na pesquisa, conclui-se que a políticas de promoção de exportações, no Brasil, foi de extrema importância para o desenvolvimento econômico nacional, além de ter sido um instrumento fundamental para que a inserção externa do país fosse consolidada. Neste contexto, tem-se a participação estratégica das agências governamentais de crédito à exportação, com financiamento a programas como o PROEX e o BNDES-Exim.

Palavras-chave: exportação; políticas públicas; setor externo.

A ANÁLISE DA POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA NOS GOVERNOS FHC, LULA E DILMA

Andressa Diogenes

Theresa Silva Melville

Patrícia R. Figueira

Esse trabalho tem como objetivo realizar um estudo de caso comparativo entre as políticas externas Fernando Henrique Cardoso (FHC), Lula e Dilma enquanto ações de política pública. De uma pauta política partidária norte-sul tem se uma guinada política para uma ação sul-sul, que exercerá impactos profundos na edificação da agenda internacional do Brasil definindo agente estatal visando o benefício inicialmente de sua população, desta forma, compreende um complexo estabelecido por medidas, escolhas e programas incidindo suas atuações no cenário internacional.

Existe a possibilidade de almejar de forma abstrata como a imagem que o Estado deseja ter no exterior. Todas as ações e objetivos do Brasil na política externa devem respeitar os princípios elencados na Constituição Brasileira, sendo assim se torna necessário examinar as decisões dos presidentes em exercício para uma análise de resultados.

O recorte temporal do presente estudo abrange a política externa do governo brasileiro a partir das gestões do FHC (1995-2002), Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2011) e Dilma Vana Rousseff (2011-2016), concretizando, assim como objeto de análise o enfoque nas políticas públicas dos seguintes governos, desempenhados por meio dos seus Ministérios e Secretarias, garantindo, dessa forma, a eficiência das suas articulações como meio atuação frente ao sistema das políticas internacionais.

Tem-se por justificativa a construção de uma análise comparativa relacionando os seguimentos desses governos, caracterizando a contribuição para o estudo político do Brasil. Obtendo

uma explanação quanto aos elementos constituintes na ordem políticas geridas pelos governantes, fundamenta-se a inserção do Estado, partindo para uma participação ativa no meio internacional.

A metodologia se baseou na bibliografia para estudar sobre políticas públicas e política externa brasileira em artigos e revistas científicas, livros, dissertações, teses e documentações que permitem conhecer dados e informações oficiais como: relatórios do governo por meio de seus órgãos, decretos, leis que promulgam tratados internacionais para a compreensão mais incisiva sobre a política externa brasileira.

Na gestão FHC a implantação do Plano Real e os investimentos maciços externos na indústria nacional, o aval para várias privatizações e por isso foi alvo de críticas por parte da oposição de seu governo, seu foco encontrava-se na economia, seu governo defendia a entrada do Brasil no Conselho de Segurança das Nações Unidas e a Diplomacia era vista como importante, porém não prioritária.

Enquanto na gestão de Lula expandiu a geografia das relações externas, como consequência nos dois primeiros anos houve 56 viagens, por 35 diferentes países, ocorreu o crescimento tanto das importações e importações, além disso, buscou cooperação com a África e os Países Árabes nas áreas de infraestrutura, transporte e saúde.

Por fim, na administração de Dilma, as intenções vindas pelos discursos em relação a política externa apontavam ser do mesmo caminho que no governo Lula, porém não foi o quede fato aconteceu. As relações diplomáticas e cooperativas foram deixadas de lado, a presidenta cortou recursos de Itamaraty e muitas embaixadas ficaram defasadas.

Em seus anos de governo, o cargo de ministro das relações internacionais foi ocupado três vezes, o que mostra uma instabilidade nesse setor. Os corolários das políticas públicas foram a de promover os interesses do Brasil mesmo diante de circunstâncias adversas, desta forma mostramos que cada governo teve atuações que trouxeram benefícios seja em menor ou maior grau ao Estado brasileiro sejam na economia, direitos humanos, visibilidade política dentre outras.

Havendo alterações na forma como cada governo agiu, marcando inicialmente a orientação liberal ou socialista e influenciando as suas ações, conclui-se que o período FHC tinha um olhar neoliberal e com ênfase na diplomacia presidencial, enquanto o do Lula voltou-se para políticas públicas com foco na visão de esquerda, entretanto ampliou a presença no cenário internacional com abertura de diversas embaixadas, mantendo a diplomacia presidencial enquanto no da Dilma houve um decréscimo quanto à atuação internacional prejudicando o Estado em diversas áreas.

A política externa do PSDB de FHC durante os dois períodos (1995 – 1999 e 2000 – 2003), com características de perfil norte sul, com o Brasil dentro da ALCA e a União Europeia. Mostrou-se, no primeiro momento, a gradativa preocupação econômica nacional e por isso, ocorreram privatizações, bem como a intenção de modernizar o país e obter prestígio e liderança na América do Sul.

Em suma pode se notar que os governos de FHC e Lula investiram na diplomacia presidencial, logrado êxitos, como ações de cooperação norte-sul e sul- sul. No entanto, com a Dilma essas atividades foram isentas, fazendo com que a política externa do país ficasse enfraquecida, onde se nota nas ações indiferentes no caso do Mercosul com a Venezuela.

Palavras-chave: política pública; política externa brasileira; Brasil; Constituição.

POLÍTICA PÚBLICA DE REASSENTAMENTO NO GOVERNO FHC: O CASO DOS REFUGIADOS AFEGÃOS

Kely Cristina de Souza Lúcio

Rayssa Veras Rodrigues

A política pública de reassentamento brasileira teve início em 1999, com assinatura do acordo Macro com o ACNUR. Isso representou um modelo das iniciativas pioneiras do Brasil, que além de estender garantias de direitos e proteção aos refugiados, ajudou a disseminar sua temática no país. A partir daí o país passou a contar com três soluções duradouras aos refugiados: (i) integração local, (ii) repatriamento voluntário e (iii) reassentamento em um terceiro país.

O projeto piloto deste programa beneficiaria refugiados da ex-Iugoslávia e era planejado para acontecer naquele mesmo ano. Porém apenas em 2002 o Brasil recebeu o primeiro grupo de reassentados. Este era composto por cinco famílias afegãs, sendo um total de 23 pessoas que vieram a ser reassentadas em Porto Alegre em abril daquele ano, provenientes do Irã e Índia.

Essa política foi desenvolvida no Brasil com atuação conjunta do CONARE, da Comunidade Internacional (ACNUR) e a Sociedade Civil (representada pelas entidades confessionais), sob a coordenação do CONARE do Ministério da Justiça, financiamento do ACNUR, colaboração da Associação Antônio Vieira (ASAV) do Rio Grande do Sul e Encaminhamento de Porto Alegre (CENOE).

Assim, a justificativa para a realização desta pesquisa foi à necessidade pessoal de compreender como ocorreu essa iniciativa brasileira, dado que representou um marco para o Brasil na sua política de proteção para refugiados. E, por entender que é um tema ainda bastante relevante no contexto mundial.

Quanto aos procedimentos metodológicos, utilizaram-se materiais provenientes de artigos que abordam a temática, bem como

pesquisas em sites oficiais, por meio de abordagem qualitativa. O objetivo do trabalho consiste em demonstrar como se organizou essa iniciativa brasileira, e se ela repercutiu de forma positiva no cenário internacional, no contexto da época.

Como resultados, verificou-se que o apoio dos cidadãos brasileiros a esta causa permitiu que o Brasil tivesse um programa diferenciado dos demais países que adotam essa política. E, a imagem de um país que buscava soluções de problemas que afetam os Direitos Humanos foi firmada nesse momento.

No entanto, conclui-se que apesar do progresso do país como modelo de política de reassentamento, isso trouxe consigo outros paradoxos como a falta de estrutura adequada para acolher os imigrantes, além da grande dificuldade de adaptação dos imigrantes afegãos à cultura local, pois não havia políticas que dessem a eles uma boa estrutura para permanecerem no país, o que motivou alguns a solicitarem repatriação voluntária.

Palavras-chave: afegãos; política pública; reassentamento; refugiados.

GUYANA DIASPORA PROJECT E O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

André Andriw da Silva

Em 2012, o governo da República Cooperativista da Guyana por meio do Ministério das Relações Exteriores lançou juntamente com a Organização Internacional para a Migração (OIM) a política pública "Guyana Diaspora Project", com o objetivo de agregar a diáspora guyanense através da compilação de habilidades, recursos e interesses daqueles dispostos a colaborar com o desenvolvimento econômico do país.

Por um lado, a política consiste no mapeamento e na contabilização dos cidadãos, bem como na aglutinação de recursos humanos que poderão ser usados nos setores públicos e privados do país. Assim, o projeto ocorre mediante diversas atividades localizadas nas redes sociais, além das reuniões entre a diáspora, o governo guyanense, e os cidadãos locais nos diversos países que compõe o rol preferencial dos migrantes guianenses.

Do outro, o Ministério das Relações Exteriores da República Cooperativista da Guyana busca promover o projeto nas embaixadas, em órgãos internacionais, além dos diversos programas que envolvem o meio cultural. Além disso, busca-se um posicionamento contrário aos aumentos tarifários no que concerna as remessas internacionais, visto que esta prática recorrente alimenta o crescimento econômico do país.

Nesse sentido, justifica-se a relevância deste trabalho com base na ausência de informações acerca das políticas públicas desempenhas pela nação vizinha, sobretudo, no que diz respeito ao histórico migratório e sua relação com o desenvolvimento local. No mais, a pesquisa surge de um contexto de elevado êxodo que é somente associado a um passivo dos Estados, e não como oportunidade de promoção das interações econômicas e sociais.

Com base nessa discussão, a presente pesquisa visa apresentar, por meio de um procedimento metodológico exploratório, fundamentado por meio de um método analítico de revisão bibliográfica, documental e de dados estatísticos, as fases de implementação, estágio de maturação e os impactos gerados a partir de tal iniciativa na economia local, destacando os principais setores receptores.

Dentre os resultados obtidos, destacam-se a maior presença dos migrantes nos países- chave: Reino Unido, Estados Unidos, Canadá, Trinidad e Tobago e Bermudas. Percebe-se também que a principal forma de articulação da diáspora com a Guyana ocorre através das remessas internacionais das quais são absorvidas pela economia local.

Por último, releva-se a participação do programa em destaque na política externa do país. Conclui-se que, a implementação da política pública "Guyana Diaspora Project" advém da necessidade de mão de obra qualificada, assim como investimentos para suprir as demandas do setor público e privado. Todavia, tal iniciativa apresenta um baixo grau de maturação, em função da fase de coleta de dados, portanto, não gerando os impactos significativos na economia nacional.

Palavras-chave: diáspora; desenvolvimento econômico; Guyana; políticas públicas.

TERRAS INDÍGENAS E ETNODESENVOLVIMENTO NA COLÔMBIA: ANÁLISE DOS PROJETOS AGROPECUÁRIOS NA TERRA INDÍGENA GUASIMAL (1996-2016)

Neider Andrey Devia Merchan

Roberto Ramos Santos

Os povos indígenas nas Américas desde a chegada dos europeus têm sofrido com a descaterização de seus territórios; e a geração indígena atual tem se esforçado para manter vivas as tradições culturais de seus antepassados. Com a origem do conceito de etnodesenvolvimento, que incorpora a noção de justiça social e direito ao uso e posse da terra pelos povos tradicionais, ganhou-se novo alento na luta pelo respeito e valorização dos modos próprios de vida dos diversos grupos étnicos das Américas.

Considerando a realidade dos povos indígenas colombianos, a carência de estudos sobre eles e menos ainda sobre os projetos socioeconômicos instalados em suas terras no fim do século passado, promovidos por organismos ligados à Organização das Nações Unidas (ONU) e ao governo colombiano, este trabalho procura estudar o povo indígena Pijao, assentado na Terra Indígena Guasimal, abrangendo as vilas Mesas e Guadalejas, que se localizam, geograficamente, no município de Natagaima, no Estado de Tolima, com extensão territorial de 66,6 hectares.

Os Pijao, que têm população estimada em 81.693 habitantes (PLAN SALVAGUARDA PIJAO, COLÔMBIA, 2014), desde a época da colonização espanhola, mantêm-se na resistência contra seu desaparecimento físico e cultural. Em 1996, com o apoio do Programa de Crédito Indígena RED–PMA–PNUD e do Convênio Interadministrativo entre a Empresa Colombiana de Gás (ECOGÁS) e o município de Natagaima, os Pijao iniciaram a implantação de projetos agropecuários de criação de gado, plantio de limão e piscicultura.

Esses empreendimentos são o objeto de análise deste estudo, a fim de avaliar as estratégias de etnodesenvolvimento nas comunidades Guasimal. Com a utilização dos conceitos de etnodesenvolvimento e desenvolvimento sustentável pretende-se compreender as condições de desenvolvimento socioeconômico das comunidades Pijao, contribuindo para manter em condições vitalícias, seus direitos "autônomos" e sobrevivência sobre o território.

Com o levantamento de dados, no acervo documental da terra indígena Guasimal e depoimentos através de entrevistas semiestruturadas de partícipes, sobre suas percepções dos efeitos dos empreendimentos para o povo; identificou-se, em primeiro lugar, resultados econômicos positivos para a comunidade Pijao, em razão do aumento da produção econômica com os empreendimentos, em segundo lugar, os conflitos internos gerados pela administração dos recursos adquiridos com a venda dos produtos, e por último, falta de acompanhamento técnico por parte das entidades envolvidas para atingir com eficiência os objetivos traçados.

Palavras-chave: etnodesenvolvimento; povo Pijao; projetos agropecuários.

PROSPERITY FUND E A ASSISTÊNCIA DO GOVERNO BRITÂNICO AOS PAÍSES DA AJUDA PÚBLICA AO DESENVOLVIMENTO (APD)

Maria Carolina Morales Baú

Silvana Borghi Gandur Pigari

Geórgia de Souza Melo

O presente trabalho busca analisar as políticas de cooperação da Grã-Bretanha realizada por meio do Prosperity Fund, um fundo de cooperação financiado pelo Foreign and Commonwealth Office para beneficiar os países que representam 0.7% do Produto Nacional Bruto de Estados da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Esses países compõem a lista da Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD), um comitê que objetiva promover o bem-estar social e o progresso econômico aos listados.

O Prosperity Fund foi criado em 2011 e até hoje apoiou cerca de 500 projetos de cooperação a fim de proporcionar condições de crescimento global sustentável. O fundo de cooperação atua em 23 países, e possui uma ampla área de atuação, podemos citar como exemplo a atuação para promover reformas econômicas e desenvolvimento nos países emergentes, além de políticas anticorrupção, ambiente empresarial, educação, energia, serviços financeiros, futuro das cidades, saúde, infraestrutura, segurança, reforma regulatória e reformas no comércio

O objetivo do trabalho é verificar o impacto desta política pública nos países beneficiados, analisando aspectos positivos e potencialidades do fundo, levando em conta sua estrutura e a capacidade de criar oportunidades para o comércio internacional e crescimento econômico, além do impacto nas áreas já citadas. Definindo o recorte metodológico da pesquisa, quanto os fins da pesquisa, esta pode ser caracterizada como um estudo exploratório e descritivo, e quanto aos

meios a pesquisa é caracterizada como um estudo bibliográfica que se fundamenta em um método histórico-dedutivo.

Em questão da atuação do Prosperity Fund no Brasil, está em andamento com acordos entre o Governo Brasileiro e Reino Unido com objetivo de criar uma cooperação para derrubar as barreiras de comércio e apoiar a economia de ambos os países. O acordo foi assinado para facilitar as relações comerciais, promover a cultura exportadora e impulsionar a participação de pequenas e médias empresas, além de uma cooperação no âmbito de aceleração das análises de patentes pelo Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI).

Analisando os resultados da cooperação, temos visto que o fundo Britânico já investiu mais de 14 milhões de libras em projetos no Brasil, visando o melhoramento do ambiente de negócios, bem como atrair novos investimentos em infraestrutura com melhorias no ambiente regulatório e capacitação em parcerias público-privadas. Com isso, as trocas comerciais entre o Brasil e o Reino Unido em 2017 alcançaram o valor de US$5,15 bilhões de dólares.

O Prosperity Fund trouxe resultados não só em relação ao Brasil, mas também a outros países emergentes, como por exemplo, China, Índia, México e Indonésia, entre outros. O investimento do fundo aumentou de £63 milhões no biênio 2016-17 para £1.2 bilhões em 2018-19, e esse aumento significativo mostra que o Governo Britânico tem obtido resultados esperados.

Após análise, é possível concluir que o Prosperity Fund é um programa recente e que ainda vem se aprimorando, buscando propiciar aos países amparados melhores condições de desenvolvimento econômico e de outros temas relevantes ao desenvolvimento do país. O programa tem o comprometimento de transparência e engajamento, que proporciona maior credibilidade à frente do cenário internacional.

Palavras-chave: cooperação; governo britânico; Prosperity Fund.

A VILA DE VISTA ALEGRE NO DESENVOLVIMENTO RORAIMENSE

Deivy Batista Abreu

Marcos Antônio Braga de Freitas

O foco desta pesquisa é uma abordagem sobre os efeitos do desenvolvimento roraimense na vila de Vista Alegre, situada no município de Caracaraí – RR, a partir de duas obras federais que possibilitaram relevantes informações socioeconômicas sobre esta vila e que podem ser importantes para discussões e tomada de decisões sobre políticas públicas efetivas a partir das características e potenciais locais.

A rodovia federal BR-174 é a primeira obra e a construção da ponte sobre o rio Branco, a segunda. Apesar de serem construídas em recortes históricos e espaciais diferentes, elas se complementam. A primeira é oriunda do programa desenvolvimentista brasileiro no período do regime militar (1964-1985), construída em 1977 (considerando o trajeto dentro do território roraimense).

A segunda obra, uma ponte, já dentro de um regime democrático, foi inaugurada em 2000. Esta pesquisa justifica-se dentro de três vertentes. A justificativa para o desenvolvimento deste trabalho abrange três fundamentos. O primeiro é de motivação pessoal, por ser também morador da vila. O segundo é de caráter social, de demandas sociais, e em seguida a questão científica, ou seja, pelo estudo inédito nesse aspecto socioeconômico.

O objetivo desse trabalho é de compreender as principais transformações sociais e econômicas em Vista Alegre, ocorridas a partir da abertura da rodovia federal - BR-174 (trecho que compreende o município de Caracaraí) e da construção da ponte sobre o rio Branco. Os procedimentos metodológicos tiveram uma natureza mista, tanto de revisão bibliográfica e documental quanto de estudo de caso, e que neste aspecto foi utilizado uma análise etnográfica.

Essa metodologia tem sua natureza qualitativa, exploratória e descritiva. Os resultados obtidos nessa pesquisa demonstram um campo contraditório, entre as definições e práticas de desenvolvimento regional, quando observado a partir de uma vila amazônica, onde há eventuais elementos positivos e negativos ou críticos. A análise crítica através desse estudo bibliográfico e de campo revela também inexistentes ou ineficazes ações de políticas públicas que buscam soluções a problemas locais.

É inquestionável a importância de tais obras federais para o desenvolvimento roraimense, pois é por via terrestre que o estado se comunica com o estado do Amazonas e com países vizinhos, como Venezuela e Guyana, porém em uma escala menor ou mais local, elas têm apresentado dados preocupantes, como a falta de transporte regular entre a vila e a sede do município, falta de água encanada, falta de um sistema de esgoto, iluminação pública precária, de uma pesca amadora sem qualquer tipo de assistência logística ou econômica aos pescadores no que se refere a todo o processo produtivo dessa atividade, ou seja, trata-se de uma atividade de sobrevivência.

Concluem-se com base nos resultados da pesquisa que o caminho de um desenvolvimento mais amplo ou regional, deve considerar sempre todos os seus atores sociais e possibilidades econômicas locais a fim de concentrar todas as suas riquezas sociais, culturais e econômicas.

Palavras-chave: Amazônia; desenvolvimento regional; políticas públicas; Roraima; Vista Alegre.

A ÁREA DE LIVRE COMÉRCIO DE BOA VISTA COMO POLÍTICA PÚBLICA NO CONTEXTO DAS ZONAS ECONÔMICAS ESPECIAIS

Hugo Alt Diniz

A temática dos regimes aduaneiros especiais tem adquirido crescente relevância, assim, as Áreas de Livre Comércio, representam possível fomento na economia. O tema escolhido parte do pressuposto de que uma minuciosa análise de um fato requer uma compreensão do contexto macro, que por mediato ao objeto de estudo propriamente, também a ele traz implicações. A justificativa para o presente trabalho fundamenta-se na crescente difusão das Áreas de Livre

Comércio no mundo. Diante da escassez de estudos sistemáticos sobre essa temática, procura-se neste estudo, contribuir com uma análise no âmbito das políticas públicas a partir de um enfoque teórico-conceitual. Objetiva-se aqui, desenvolver uma explanação, através da análise da efetividade da Área de Livre Comércio de Boa Vista, identificando os elementos positivos e as limitações, desta forma verificando se ela representa uma política pública positiva no desenvolvimento local.

Por metodologia optou-se pela Pesquisa exploratório-bibliográfica com a finalidade de averiguar os conceitos básicos sobre as Zonas Econômicas Especiais (ZEE(s)), e também compreender a ALCBV, como idealizada por políticas públicas estabelecidas em prol do desenvolvimento local e seu impacto na economia local. O recorte teórico-conceitual está fundamentado no conceito de ZEE, o qual compreende diferentes variantes. As Zonas Econômicas Especiais (ZEE) servem para fomentar o crescimento econômico com vantagens tais como regime aduaneiro especial, isenção ou redução na tributação; incentivos fiscais; dentre outras.

Em 1986 havia cerca de 76 ZEE(s) no mundo, distribuídas em 49 países. Estima-se que em 2008 as ZEE empregavam cerca de 68

milhões de pessoas e geravam mais de US$200 bilhões em exportação. Dados de 2015 apresentam um número de 4.300 ZEE no mundo. O termo geral ZEE designa diversas variantes específicas, sendo as principais: Zonas/Áreas de Livre Comércio, Zonas de Processamento de Exportação, Zonas Empresariais, Portos Livres, ZPE de Estabelecimento Único, Zonas Especializadas.

A Área de Livre Comércio de Boa Vista (ALCBV), foi implantada em 2008, e desde então tem oportunizado novas perspectivas apesar dos resultados ainda incipientes, típicos de uma ALC em seu primeiro decênio. Os resultados poderiam ser maiores se conjugados já nestes primeiros anos, com um sólido investimento infraestrutural. A administração das ALC's estabeleceu-se a Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA).

Como resultados dessa pesquisa observou-se que, aclarados os conceitos taxonômicos das ZEE, e tendo-se brevemente discorrido sobre a ALCBV, chegou-se a uma melhor compreensão de como ela pode mostrar-se efetiva por intermédio de seu funcionamento, e trazer impulso ao desenvolvimento regional. Isso ocorrer através do aumento nas contratações formais no setor comercial e industrial e consequente aquecimento na economia local.

Conclui-se que a ALCBV como modalidade de uma ZEE, dada sua conceituação e potencial implicam em uma boa alternativa para o fomento da economia regional, no entanto para que ela seja de fato efetiva, é preciso que outras políticas públicas também sejam implementadas tais como obras infraestruturais e logísticas, necessárias ao bom funcionamento de quaisquer modalidades de Zonas Econômicas Especiais.

Palavras-chave: Área de Livre-Comércio de Boa Vista; desenvolvimento; economia local; Zonas Econômicas Especiais.

ESTUDO SOBRE A BANDA LARGA FIXA NA CIDADE DE BOA VISTA – RORAIMA

Ednil Libanio da Costa Junior

Esta pesquisa de dissertação de mestrado propõe trabalhar com o tema voltado para a infraestrutura de telecomunicações da rede banda larga fixa - rede de acesso à internet nas residências e órgãos públicos e privados. Essa rede se tornou o principal meio de comunicação do século XXI. É um instrumento que interliga diversos setores, provocando impactos em inúmeras áreas, tais como, econômica, educação e social.

Por se tratar de um tema que faz parte do cotidiano da sociedade, justifica-se sua abordagem tanto científica quanto social. Na área científica tem grande relevância, pois as maiorias dos pesquisadores utilizam a internet como ferramenta de pesquisa. Na área social, a sociedade precisa de uma rede banda larga fixa capaz de trafegar conteúdos interativos (vídeos e sons) sem interrupções.

Vale ressaltar que com o avanço das tecnologias e inovações TIC (Tecnologia de Informação e Comunicação), a Educação a Distância (EaD) se popularizou e se tornou uma ferramenta básica de aprendizagem, mas que depende de uma rede de acesso com capacidade tecnológica e largura da banda larga capaz de enviar e receber áudio e vídeo de forma satisfatória.

Neste sentido, esta pesquisa tem como objetivo realizar um estudo de caso que avalia como está a infraestrutura da rede banda larga fixa (rede local e *backbone* que dá acesso à internet) na capital de Boa Vista - Roraima, e quais os impactos que a má qualidade do serviço banda larga fixa prestada pela operadora telefônica Oi tem no desenvolvimento regional socioeconômico. Durante o estudo foi abordado a metodologia de pesquisa de métodos mistos em combinação com estudo de caso.

No levantamento do cenário atual da banda larga fixa em Boa Vista, procedimentos quantitativos e qualitativos foram utilizados na coleta e análise dos dados. O modelo de investigação do problema utilizado como estratégia foi o "incorporado concomitante". Como resultados parciais obtidos oriundos de uma pesquisa de dissertação de mestrado, identificam que a rede (telefonia fixa) local possui uma infraestrutura de telecomunicações muito antiga, na qual os fios de cobre não possuem qualidade suficiente para permitir uma transmissão de dados com baixa atenuação.

Com relação ao *backbone*, Roraima é um estado que faz fronteira apenas com o Amazonas. Neste caso, a posição geográfica prejudica a velocidade da internet pelos seguintes motivos: (1) o estado está muito longe dos grandes centros econômicos que hospedam a maior parte do conteúdo web; (2) e por não ter outras fronteiras, não há rotas alternativas para transmitir os dados.

Sendo assim, conclui-se com base nesses resultados parciais que a operadora de telefonia Oi precisa fazer investimentos tanto na rede local quanto no *backbone* para melhorar a qualidade do tráfego de dados na cidade de Boa Vista. Esses investimentos irão garantir que os boa-vistenses consigam aproveitar ao máximo os recursos e as novas tecnologias de comunicação que surgem a todo o momento.

Palavras-chave: banda larga fixa; *backbone*; internet; desenvolvimento regional; rede local.

A POLÍTICA PÚBLICA DE SANEAMENTO COMO FATOR DE DESENVOLVIMENTO URBANO NO ESTADO DE RORAIMA COM ÊNFASE NA CIDADE DE BOA VISTA

Erico Verissimo Assunção de Carvalho

Haroldo Eurico Amoras dos Santos

Esta pesquisa teve como foco relacionar a infraestrutura de saneamento, cuja implementação se dá através das políticas públicas voltadas para o setor, e o desenvolvimento urbano do estado de Roraima e seus reflexos na melhoria das condições de vida, conforto, bem-estar e no aumento da expectativa de vida da população.

As justificativas para esta pesquisa giraram em torno de que para cada 1 real investido por governos em saneamento básico economiza-se 4 reais em custos no sistema de saúde, além de que o estado e suas políticas públicas de saneamento passaram a ter influência direta no Índice de Desenvolvimento Humano, uma vez que o saneamento é um dos indicadores de qualidade de vida de um país e que por sua vez está diretamente ligada às três dimensões contempladas pelo IDH (expectativa de vida, educação e renda).

Assim sendo, o objetivo geral deste trabalho foi examinar a relação existente entre saneamento básico e níveis de bem-estar socioeconômico e da sustentabilidade ambiental, tendo por lócus a cidade de Boa Vista (RR), no período de 2001 a 2015.

Especificamente, esta pesquisa abordou aspectos sobre a teoria das falhas de mercado e da teoria da regulação, tendo por pano de fundo o conceito de desenvolvimento humano, o histórico do saneamento e as políticas públicas voltadas para o setor em âmbito nacional, em nível estadual, seus indicadores de aferição e seus benefícios econômicos na cidade de Boa Vista (RR).

Os procedimentos metodológicos se constituíram em quatro etapas: a) pesquisa documental centrada na análise de literatura; b)

levantamento junto à CAER do histórico das políticas de saneamento no Estado de Roraima e na cidade de Boa Vista, com a evolução dos índices de cobertura dos serviços de saneamento até os dias atuais; c) levantamento dos relatórios epidemiológicos no que se refere às doenças de veiculação hídrica, junto à Secretaria Municipal de Saúde; d) pesquisa junto ao IBGE no tocante à economia nos períodos pré e pós-implantação da infraestrutura de saneamento.

A pesquisa teve um caráter exploratório, qualitativo e descritivo, onde foi contemplada uma revisão bibliográfica sobre a temática, consulta a órgãos públicos e seus dados oficiais. A análise da bibliografia utilizada identificou que o saneamento se mostrou um fator importante ao longo da história da humanidade e que os processos de implantação de sistemas coletivos de saneamento determinaram uma melhoria constante do estado de saúde das populações beneficiadas.

Os resultados obtidos nesta pesquisa, demostraram que na faixa etária dos 0 a 5 anos (faixa mais vulnerável à falta de saneamento), quando se comparou os dados de antes e após a implantação de medidas saneadoras, diminuiu-se consideravelmente a incidência de doenças de veiculação hídrica, em especial a diarreia.

Verificou-se também que houve um incremento na economia nos períodos em que foram implantadas as infraestruturas urbanas de saneamento de forma direta com a contratação de mão de obra, e de forma indireta com a abertura de shoppings, edifícios residenciais e hotéis, gerando empregos, e que cuja viabilidade só foi possível, devido à disponibilização de rede coletora de esgoto.

Com base na pesquisa conclui-se que as deficiências do saneamento, trazem prejuízos. Saúde eleva o absenteísmo no trabalho, com impactos sobre a renda da sociedade, e elevam o custo com o sistema público hospitalar, além das implicações imediatas sobre a saúde e a qualidade de vida da população e que os indicadores de saneamento são uma importante ferramenta para as diretrizes de criação e/ou aperfeiçoamento das políticas públicas.

Palavras-chave: desenvolvimento; políticas públicas; saneamento.

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O PLANEJAMENTO E IMPLANTAÇÃO DOS CEMITÉRIOS PÚBLICOS URBANOS MUNICIPAIS DA REGIÃO SUL NO ESTADO DE RORAIMA

Francisleile Lima Nascimento;

Elói Martins Senhoras;

Márcia Teixeira Falcão

As práticas funerárias mais antigas e quase esquecidas foram praticadas em algumas poucas civilizações e mais notáveis pelo seu legado. O termo "cemitério" é assunto de gestão ambiental em seu melhor sentido, não só é também pauta para sadia da curiosidade cultural que se sobrepõe às reflexões mórbidas.

Devido à falta de proteção ambiental com a qual o procedimento de enterrar os corpos foi conduzido ao longo de décadas, muitos dos cemitérios urbanos se tornaram áreas contaminadas, sendo observado pelos órgãos ambientais e de saúde pública como um aspecto ambiental urbano importante e que deve ser olhado como um objeto que faz parte de um planejamento urbano.

Com base nisso, o objetivo da pesquisa é analisar a implantação das necrópoles em locais que apresentam condições ambientais desfavoráveis a partir da investigação nos Cemitérios Públicos Urbanos dos municípios de Caracaraí-RR localizado na Mesorregião Sul; Rorainópolis-RR, Caroebe-RR, São João da Baliza-RR e São Luíz do Anauá-RR localizados na Microrregião Sudoeste na Região Sul do estado de Roraima (1995 – 2018).

Quais são as características de desenvolvimento dos cemitérios públicos municipais da região sul do estado de Roraima e se elas atendem aos critérios de legislação ambiental junto aos órgãos regulamentadores? A justificativa fenomenológica/social da pesquisa permitirá um planejamento de forma preventiva das políticas públicas

dos novos empreendimentos cemiteriais e também amenizar problemas naqueles que já estão implantados.

A justificativa acadêmico-científico para o desenvolvimento da presente pesquisa reside em lacunas sobre estudos cemiteriais principalmente no Brasil. É um assunto timidamente estudado no âmbito regional, a pesquisa será um marco nas questões relacionadas às necrópoles e servirá como balizador para futuros pesquisadores.

Há uma necessidade de se produzir mais pesquisas e realmente ter a percepção de que o cemitério é um empreendimento que deve ter atenção mais pontual do poder público, que precisa de estudos, de um adequado planejamento para ser construído e mantê-lo ativo, além de uma gestão sem descuidos.

A metodologia utilizada para a realização da pesquisa basear-se-á em obras que incrementarão a base teórica sobre o processo histórico; geografia urbana; geografia ambiental; legislação e segurança do trabalho envolvendo as necrópoles. O levantamento de dados realizar-se-á a partir de análise documental junto aos órgãos municipais, estaduais e/ou privados sobre os Cemitérios Públicos Urbanos Municipais da Região Sul no Estado de Roraima e visitas in loco ao objeto de pesquisa (cemitérios).

Para a tabulação dos dados as informações coletadas em campo serão analisadas através de fluxogramas; gráficos; quadros; tabelas; registro fotográfico; croquis e confecção de mapas. É uma investigação para a elaboração da dissertação do Mestrado em Desenvolvimento Regional da Amazônia (PPGDRA/UFRR/NECAR). Esta pesquisa está em fase de desenvolvimento e por isso, não possui resultados concluídos – mas, alguns pontos levantados estão parcialmente fechados.

Os resultados desse trabalho resultam no seguinte cenário: compreender e relacionar os impactos provenientes dos cemitérios públicos urbanos na saúde da população, possibilitando um cenário dos problemas aos quais surgem através da implantação destes empreendimentos em áreas urbanas.

Com base nisso, foi possível detectar que, a fiscalização dos órgãos ambientais deve ser mais eficiente, incluindo o monitoramento do solo e subsolo, que estão no interior desses empreendimentos. Problemas identificados: a) aspectos químicos; b) aspectos físicos; c) aspectos biológicos; e d) aspectos de saúde pública. Dentre os problemas de saúde pública, as doenças provenientes do mosquito Aedes Aegypti, como a Dengue, Chicungunha e Zica, fazem parte de uma enorme preocupação se tratando de saúde pública, provenientes da água parada no ambiente interno do cemitério.

Outros aspectos são os resíduos sólidos que são gerados, e que também são extremamente importantes e de grande relevância quanto à saúde pública do local. Estes levantamentos são importantes para um olhar macro no panorama em Roraima sobre as necrópoles, pois são poucos estudos relacionados a essa temática.

Há uma necessidade de se produzir mais pesquisas e realmente ter a percepção de que o cemitério é um empreendimento que deve ter atenção mais pontual do poder público, que precisa de estudos, de um adequado planejamento para ser construído e mantê-lo ativo, além de uma administração sem descuidos.

Os resultados da pesquisa irão ampliar o horizonte científico sobre os cemitérios, contribuindo para a valorização das pesquisas na região norte do país. Ficará disponível para os órgãos (públicos e privados) que possuem responsabilidade direta e indireta, além das demais instituições de ensino e pessoas interessadas neste tema.

Palavras-chave: legislação; necrópoles; riscos ambientais; Roraima; urbanização.

CAPÍTULO 2

Políticas Sociais e de Assistência

AS POLÍTICAS PÚBLICAS POR ATORES AUTÔNOMOS AO GOVERNO DO BRASIL: ESTUDO DE CASO DA MIGRAÇÃO VENEZUELA EM RORAIMA

Maria Carolina Morales Baú

Fernanda Gabriela S. C. de Lima

Geórgia de Souza Melo

Considerando a conjuntura atual viva no estado de Roraima em que se apresenta uma onda migratória que se inicia a partir de 2015 e intensifica-se em 2016, o presente trabalho analisa as políticas públicas geradas por atores autônomos à presidência do Brasil, a fim de analisar os diversos aspectos de sua atuação e a influência que consegue exercer no governo e como este se posiciona diante do cenário de crise migratória.

Esta pesquisa justifica-se pelo impacto que as migrações, sobre tudo em um mundo cada vez mais globalizado, exercem nas dinâmicas e políticas nacionais e internacionais, além de ressaltar a importância de estudar e discutir sobre iniciativas que visam diminuir os efeitos negativos para o país e para os migrantes, sobre tudo com o respeito aos Direitos Humanos.

O recorte metodológico desta pesquisa pode caracteriza-se por uma pesquisa bibliográfica e um estudo de caso de modo exploratório e descritivo, onde o foco mantem-se na onda migratória venezuelana para o estado de Roraima do período de 2016 até a atualidade, utilizando-se de meios qualitativos.

Serão considerados o governo federal, organismos multilaterais, e autarquias, por seu caráter autônomo, e atores não estatais, como ONGs e sociedade civil. Os resultados apontam quem ações da sociedade civil, Organizações não governamentais (ONGs), Organizações Governamentais Multilaterais e autarquias desempenham grande papel em soluções emergenciais e como vetor de pressão sobre o

governo federal para realização de políticas públicas em relação à migração internacional.

Diante do cenário de crise no país vizinho, a Venezuela, está ocorrendo uma onda de migração muito forte para o Brasil, e especificamente para o estado de Roraima. É estimado pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) que até abril de 2018, cerca de 52.000 venezuelanos tenham entrado no Brasil e cerca de 40.000 tenha permanecido em Boa Vista, capital de Roraima, correspondendo a mais de 10% da população local.

O Estado brasileiro reconheceu Roraima como em "situação de vulnerabilidade". Como é a principal rota de entrada de imigrantes, o Presidente Michel Temer editou uma medida provisória que oferece assistência emergencial para imigrantes venezuelanos no estado roraimense que atualmente conta com 9 abrigos, 8 na capital - Boa Vista - e 1 no município fronteiriço de Pacaraima.

A dimensão deste evento é notória, sobre tudo ao se notar a abertura de diversos escritórios de campo de agências da Organização das Nações Unidas, no período de 10 meses - julho de 2017 e abril de 2018 -, como: o ACNUR, a Organização Internacional para Migrantes (OIM), o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e o Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA).

Sendo essas agências fundamentais como pressão para realização de políticas públicas, como as ações de interiorização dos migrantes, e representação dos direitos dos migrantes frente ao governo. Além disso, destacam-se as políticas públicas realizadas por atores não estatais que também vêm surtindo efeitos positivos na sociedade roraimense e pressionando o Governo Federal.

Diversas organizações religiosas, organizações civis, grupos de estudantes, entre outros acabaram se tornando atores de políticas públicas ao realizar ações de serviços aos migrantes. Dentre as ações destaca-se um dos projetos e ações pioneiras: o Projeto Acolher de autoria da Universidade Federal de Roraima (UFRR) - uma autarquia federal - que realizado em conjunto à sociedade civil por meio de alunos,

voluntários e professores da Universidade, realizam aulas de Português gratuitas.

Por fim, constata-se que as diferentes iniciativas individuais, mesmo as que atuam em pequenos focos, ao serem postas em conjunto conseguem trazer soluções pontuais e emergenciais. Um exemplo disso é a barreira da língua, uma das maiores dificuldades dos migrantes no Brasil, que gerou diversos cursos voluntários de português para auxilia-los. Além de agirem como uma representação, frente ao governo e população, para migrantes e assim defender seus direitos humanos básicos no Brasil.

No entanto, políticas públicas visando efeitos em longo prazo devem ser feitas, não apenas para sanar uma necessidade atual e urgente, como a fome e o abrigamento, mas também que visem à autonomia e independência, como a revalidação do diploma e maior agilidade nos tramitem burocráticos relacionado à análise de solicitação de refúgio.

Conclui-se que as diversas Políticas Públicas vêm surtindo efeito e, apesar de serem respostas emergenciais e de curto prazo, tem conseguido minimizar os impactos, mas sem projeção para garantir melhorias no futuro. A continuação da aplicação dessas políticas tem de ter aporte do próprio Governo Brasileiro, pois de forma isolada e descoordenada não se mantem a capacidade de atendimento ao longo prazo.

Palavras-chave: migração; Roraima; Venezuela.

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA ASSISTÊNCIA EMERGENCIAL E ACOLHIMENTO HUMANITÁRIO PARA OS IMIGRANTES EM RORAIMA

Milena Ramos Pereira

Maria Clara Campos

A crise venezuelana atinge o Estado de Roraima desde 2015, trazendo como consequências fortes impactos nos setores sociais, econômicos, da saúde e da educação. Atualmente, estima-se que os imigrantes da Venezuela correspondem a 10% da população roraimense. A justificativa para a presente pesquisa está em razão dessa grave crise e em função da inexistência de estudos sobre o assunto, para que se possa compreender melhor o contexto socioeconômico que se encontra atualmente nessa área fronteiriça.

Assim como, procurar melhores formas de lhe dar com o assunto em questão, e buscar os meios mais viáveis e possíveis para a sua resolução. O objetivo do trabalho é analisar as políticas públicas no estado de Roraima por parte dos três entes federativos, para tal questão migratória e a sua efetivação. O processo metodológico utilizado no presente trabalho perpassa por meio de um processo analítico e exploratório, baseado em uma revisão bibliográfica e documental nas legislações federais, bem como em notícias sobre o tema, eventualmente artigos de jornais, relatórios sobre as questões migratórias, além de pesquisas realizadas para recolhimento de dados.

Nos resultados obtidos é possível constatar que foram realizadas medidas positivas de financiamento para atender as demandas propostas pelo estado federativo de Roraima. A União adotou a Medida Provisória (MP) 820/18, onde se estabelece os decretos: Nº 9.285, que reconhece a vulnerabilidade do fluxo migratório; E o nº 9.286/18, que prevê assistência emergencial aos imigrantes venezuelanos e acolhimento humanitário. Visando assim proporcionar a estes últimos o direto

previsto não somente na constituição, mas também na carta de direitos humanos.

Através dessas medidas tomadas, houve a liberação de R$190 milhões em favor do Ministério da Defesa para ações emergenciais, assim como a Operação Acolhida em Roraima: ação de solidariedade. No entanto, ainda não houve propriamente a transferência dessa verba federal. No âmbito estadual e municipal, é possível evidenciar uma falta de iniciativa, ambos os setores administrativos, esperam uma medida Federal mais efetiva, e por fim, acabam não desenvolvendo nenhuma política voltada para esse problema.

Conclui-se através dos resultados desta presente pesquisa que houve iniciativa por parte do Governo Federal, porém, não se obteve efetividade prática, sendo que, no âmbito Estadual e Municipal, existe uma clara falta de políticas públicas no atendimento a esse problema migratório, razão pela qual ele tem adquirido maior magnitude. Também é possível notar que não há programas direcionados para integração dessas pessoas dentro da sociedade civil brasileira.

Além disso, apesar dos esforços feitos para atender a demanda, cada vez mais venezuelanos atravessam a fronteira à procura de melhores condições de vida. Estima-se que 800 pessoas cruzam a fronteira por dia. Ou seja, há muita demanda para pouca atuação direta do governo central e dos entes subnacionais.

Palavras-chave: crise migratória; medida provisória; políticas públicas; Roraima.

ESTUDO DE CASO DO PROGRAMA FAMÍLIA QUE ACOLHE. PREFEITURA DE BOA VISTA

Evelyn Faria da Silva Luz

Emanuele Lima

O Família Que Acolhe é uma política pública voltada para a primeira infância, que atua no cuidado das crianças desde a gestação até os seis anos de idade e objetiva garantir o acesso à saúde, educação e desenvolvimento social. Esse programa é uma iniciativa da gestão de Teresa Surita da Prefeitura de Boa Vista que recebeu destaque nacional e internacional em fóruns de políticas públicas.

A presente pesquisa justificou-se o desenvolvimento em função da ausência de literatura específica sobre o assunto. Por isso, o presente trabalho vem contribuir preenchendo uma lacuna no debate. Ademais, trazer o tema para o meio acadêmico é imprescindível, uma vez que deste ambiente sairão os novos formuladores de políticas públicas. A pesquisa de política pública apresenta um caráter inovador no campo das Relações Internacionais.

Com base nisso, o objetivo dessa pesquisa é analisar a gestão municipal de políticas públicas para a primeira infância, tendo como objeto de estudo o Programa Família que Acolhe em funcionamento na cidade de Boa Vista-RR desde 2013. Os procedimentos metodológicos fundamentam-se em revisão bibliográfica, documental, periódica e estudo de caso. Desse modo, através de pesquisa teórica será baseado um estudo exploratório, explicativo e descritivo. A abordagem adotada será a quali-quantitativas, uma vez que serão explorados os números do projeto bem como suas consequências sociais.

Os resultados obtidos na pesquisa demonstram que o programa tem entre seus pontos positivos o reconhecimento nacional e internacional. Em 2016 o Família Que Acolhe foi base para a criação de um programa do Governo Federal, “Criança Feliz”, que está sendo

implantado em todo o País. Fora do Brasil, a política ganhou destaque em publicações como o Global Compact Brief, The New York Academy of Sciences Magazine e no Pacto Global para o Desenvolvimento da Primeira Infância.

Também foi observado que o programa inova ao criar um marco legal desenvolvido no município para assegurar os direitos das crianças e familiares. Tanto que, para o desenvolvimento psicossocial integral das crianças, na sede do programa foi criada uma "escola de pais". Nesse espaço, algumas atividades eficazes são as oficinas de música, leitura, orientação feitas por profissionais às mães, crianças e seus familiares.

No entanto, percebe-se que o alcance do projeto poderia ser maior. Em um município onde mais de 49 mil famílias estão inscritas no cadastro único, o Família Que Acolhe tem apenas 10.000 beneficiárias. Assim, esse projeto que tem por princípio atender prioritariamente grupos de vulnerabilidade social dentre adolescentes, gestantes participantes do Bolsa Família e reeducandas do sistema penitenciário, deveria ser mais disseminado e atingir mais pessoas.

Conclui-se que os avanços e benefícios provindos dessa política pública são reconhecidos no que tange a área da saúde, da educação e do atendimento psicossocial e tem resultados positivos. No entanto, ainda alcança poucas pessoas, podendo ter seus serviços ampliados. O âmbito acadêmico também poderia realizar mais pesquisas sobre o Família Que Acolhe, de modo a acrescentar e promover outras melhorias.

Palavras-chave: Família que Acolhe; infância; política pública; Prefeitura de Boa Vista.

POLÍTICAS DE ACOLHIMENTO PARA CRIANÇAS REFUGIADAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE

Barbara Vitoria dos Santos Magalhães

Jaiandra Maina Queiroz Furtado

Milhares de pessoas exercem movimentos migratórios internacionais todos os dias baseados em motivações externas, seja por questões econômicas, políticas ou sociais. Nesse meio estão presentes crianças que, por sua maior fragilidade física e emocional, estão mais suscetíveis a complicações significativas, como: abandono, violência física e psicológica, atraso no desenvolvimento, tráfico humano, entre outros.

O impacto causado por uma migração forçada determina fatores essenciais da vida de uma criança, desse modo, o acolhimento no país receptor faz-se necessário para uma devida humanização pautada na Convenção Internacional sobre os Direitos das Crianças. Diante dos fatos, com um grande fluxo de deslocamento de venezuelanos para o norte do Brasil, mais precisamente Roraima, a Prefeitura Municipal de Boa Vista pôs em pratica uma política pública intitulada "Família que Acolhe", inicialmente tal política não foi desenvolvida para atender migrantes, no entanto, com a locomoção em massa, isso mudou.

O projeto proporciona amparo, proteção e atenção a menores desde o período gestacional até os seis anos de idade, contendo o direito a atendimento médico, psicológico, educacional e mais. O presente estudo justifica-se devido o aumento no fluxo migratório entre a fronteira Brasil-Venezuela, pois atualmente o número de crianças venezuelanas no Brasil atingiu 15% do total de estrangeiros dentro do território, sendo um índice bastante elevado visto que esses menores vivem em situação de risco nas ruas e nos alojamentos superlotados.

O dilema apresentado nessa pesquisa se dá por falta de mais políticas para o acolhimento das crianças refugiadas como o projeto

"Família que Acolhe", uma vez que mesmo atendendo uma pequena demanda das mães venezuelanas com seus filhos, o projeto não abarca de forma direta os estrangeiros infantis que buscam melhores condições de saúde, segurança, educação e econômica no país. O objetivo maior de estudo é analisar e compreender as políticas já existentes que atendem essa comunidade, mas que não conseguem suprir a real necessidade, deixando assim, as crianças em situação de vulnerabilidade.

As ferramentas metodológicas utilizadas na pesquisa fundamentam-se em um estudo de caso dos migrantes vindos de diferentes regiões da Venezuela, além de pesquisas bibliográficas e documentais dispostos sobre o assunto. Os resultados obtidos demonstram o risco vivido pelos menores que passam por uma mudança abrupta como essa experimentada em um refúgio emergencial, onde buscam-se melhores perspectivas de vida em outro país.

No entanto, para isso, é exigido o sacrifício da segurança e do bem-estar, logo, os riscos as crianças tornam-se iminentes. Portanto, alicerçado nos resultados, conclui-se a extrema indispensabilidade de políticas públicas e projetos de recebimento, amparo e proteção de crianças refugiadas, para que ofereça melhores estruturas a sua vinda e menos impactos negativos em seu desenvolvimento.

Palavras-chave: crianças; migração; refúgio; vulnerabilidade.

MESA BRASIL SESC: POLÍTICA PÚBLICA DE CONTRIBUIÇÃO VOLUNTÁRIA AO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL PARA BOA VISTA, RR (2008 – 2018)

Dorete Padilha

Capital humano, intelectual e social foi indicado como fundamentais elementos para o crescimento econômico e social de um país. No Brasil, o Serviço Social do Comércio (SESC) compreende um conjunto de programas que abrangem Cultura, Lazer, Esporte, Assistência, Saúde e Educação tendo por objetivo a promoção da qualidade de vida para os comerciários e a população em geral. Em 2003, em uma ação articulada entre os departamentos regionais, o SESC implantou o Programa Mesa Brasil SESC – colheita urbana e banco de alimentos, referendado pelo Governo Federal.

Nesse cenário o SESC é parceiro quando há mais de dez anos desenvolve ações de combate ao desperdício de alimentos e à fome. Fomenta junto às entidades sociais a produção de alimentação saudável e balanceada, faz avaliação nutricional para crianças de creches, associações e outras instituições conveniadas. Reconhecer o capital humano, intelectual e social como indispensáveis para o crescimento econômico e social, analisando a atuação do Programa Mesa Brasil SESC para o desenvolvimento social e sustentável na cidade de Boa Vista-RR no período de (2008 – 2018).

Dentre os objetivos específicos estão: Caracterização espacial e histórica do SESC no Brasil e no estado de Roraima; identificar os atores envolvidos e as ações do Programa Mesa Brasil SESC para o desenvolvimento social e sustentável na cidade de Boa Vista-RR no período de (2008 – 2018); verificar qual a relação social e sustentável que o Programa Mesa Brasil SESC proporciona para os atores envolvidos. Na esteira dessas preocupações sociais, o presente estudo levanta a seguinte questão: partindo da concepção de sustentabilidade e visando a diminuição da fome, qual a contribuição do Programa Mesa

Brasil SESC para o desenvolvimento social e sustentável do Estado de Roraima?

Programa Mesa Brasil SESC torna-se aliado propondo medidas de sustentabilidade, desenvolvendo a sensibilização para a problemática da fome, utilizando os recursos excedentes para promover a diminuição das desigualdades sociais e o uso consciente dos recursos naturais em ações educativas de maneira que as gerações futuras possam usufruir da mesma forma que as sociedades atuais.

A pesquisa será de caráter exploratório e analítico, objetivando o exame das relações existentes entre o Programa Mesa Brasil SESC e o desenvolvimento regional. Dessa forma, os dados serão comparados e embasados na literatura já publicada sobre a temática, por meio das análises de discurso e análise de conteúdo. Esta pesquisa está em fase de desenvolvimento, é uma investigação para a elaboração da dissertação do Mestrado em Desenvolvimento Regional da Amazônia (PPGDRA).

Os resultados desse trabalho possibilitarão os seguintes cenários: A pesquisa é fundamental evidenciar que não visa objetivos econômicos, mas considera principalmente os aspectos sociais e ambientais que permeiam o produto que sobra no meio comercial, bem como no campo junto ao produtor rural com os excedentes da sua produção que muitas vezes, simplesmente apodrece sem destino algum, tendo os princípios da sustentabilidade e do voluntariado, bem como, melhorias nas condições de acesso ao alimento e diminuição da fome da população de baixa renda; verificar a ação educativa permanente que presta orientação e informações nutricionais a quem recebe as contribuições, para um melhor aproveitamento da comida.

Relevante também porque vai examinar o papel da sociedade civil no processo de desenvolvimento regional no âmbito do Estado de Roraima. Além disso, é um tema sobre a atuação da sociedade civil e do voluntariado no desenvolvimento regional com escassez de literatura que irá oferecer ampliação dos estudos para sociedade local a respeito das possibilidades de mudanças econômicas e sociais a partir de ações comprometidas com a sustentabilidade;

Os estudos que tratam de Segurança Alimentar e Nutricional não constituem novidade. Todavia, a proposta desta pesquisa se deve ao fato de não haver estudos disponibilizados e sistematizados sobre este tema em Roraima, especialmente no que diz respeito aos espaços sociais alimentares em que se concretizam; e é um tema inédito e relevante para o meio acadêmico através de uma proposta concreta de contribuir com estudos que destacam os papéis ou funções da sociedade civil e do voluntariado no desenvolvimento regional.

Conclui-se com base nos resultados ora apresentados que sabendo da importância do capital humano, intelectual e social é possível vislumbrar o Programa Mesa Brasil SESC contribuindo para o desenvolvimento sustentável do Estado de Roraima através das parcerias com comerciantes e agricultores e do engajamento por voluntários, respeitando a localização, o contexto e a cultura do extremo norte do país. Ressaltando também a importância da formação como alicerce dos agentes responsáveis pelo processo de realização das ações que envolvem conhecimento e capacidades.

Palavras-chave: capital humano; desenvolvimento; sustentabilidade.

PROGRAMA DE ESTUDANTES-CONVÊNIO DE GRADUAÇÃO (PEC-G) E A COOPERAÇÃO EDUCACIONAL

Maria de Nazaré Dias Macêdo

Marianna Zawadi Kitenge

Observando as mudanças socioculturais que ocorreram dentro das instituições de ensino superior no Brasil, nos últimos anos, dá-se a vontade de estudar o porquê dessas mudanças. A cooperação educacional é um dos pontos principais que provoca mudanças econômicas e culturais dentro de uma sociedade. Em 1965, foi lançado o primeiro protocolo do Programa de Estudantes Convênio de Graduação (PEC-G), juntamente com o Programa de Estudantes-Convênio de Pós-Graduação (PEC-PG).

Nos anos de 1960, o Brasil recebeu um fluxo migratório significativo, evidenciando a necessidade, a partir de políticas públicas, de se buscar uma relação entre países em desenvolvimento e de fazer um projeto que possibilitasse o acesso a bolsas de estudos aos estrangeiros, principalmente estudantes de países do Continente Africano e da América Latina, com o intuito de poder ter um plano unificado e padronizado de como administrar as questões que envolvem estudantes estrangeiros em todo o território nacional.

Percebe-se que, durante o governo Lula de 2003 até 2010, ocorreu uma intensificação na relação do Brasil com a África, isso explica a grande participação no PEC-G, dos países Africanos, neste período. Nos três anos seguintes, a participação do Continente Africano, América Latina, Caribe, Ásia e Oceania apresentou uma queda expressiva. No período de 2011 até 20113 o número de estudantes que participaram ativamente dos cursos de graduação pelo PEC-G, foram um total de mais ou menos 4.605 estudantes.

O objetivo desta pesquisa é de estudar como ocorreram essas mudanças, ao longo do tempo. Como eles, os intercambistas, mudaram a

composição social acadêmica de algumas universidades brasileiras, e mostrar que a educação pode ser um instrumento eficiente para se estabelecer relações de cooperação entre vários países, a fim de agregar uma troca de conhecimento e desenvolvimento que influencia tanto economicamente quanto socialmente.

A metodologia utilizada nesta pesquisa foi de revisão bibliográfica e os estudos de casos sobre o PEC-G e a indagação da cooperação educacional brasileira, com o intuito de possibilitar o entendimento sobre a questão. As informações foram coletadas de sites como do Itamaraty, Ministério da Educação, IPEA, e assim como de alguns artigos acadêmicos.

Os resultados positivos do PEC-G, podem ser demonstrados, pela troca de experiência nas universidades brasileira e em razão da possibilidade de aprender uma nova cultura, com os estudantes estrangeiros é muito importante, assim como fortalece as relações diplomáticas através da cooperação educacional. Programas como esse propiciam que o Brasil seja visto na esfera internacional, como um país de atuação solidária.

É assertiva a possibilidade de troca de culturas e a oportunidade para incentivar o aprendizado de outros idiomas, contribuindo para a formação de um ambiente de integração e conhecimento na esfera acadêmica, já que este é o espaço onde acontece essa interação. Resultados negativos são identificados pela ausência de uma infraestrutura de recepção adequada, assim como a falta de orientação e preparo como informações básicas sobre a cidade, universidade e o custo devido no Brasil.

O fato linguístico também pode ser apontado como negativo, muitos estudantes ao chegarem às universidades, apresentam dificuldades para falar e escrever o português. Além disso, a falta de recursos financeiros aos participantes faz com que eles se encontrem limitados e vulneráveis economicamente.

Conclui-se, com base nos resultados ora apresentados que, as políticas públicas educacionais, por meio da cooperação entre países em desenvolvimento, ajudam a proporcionar oportunidades para jovens de

diferentes países, a terem acesso ao ensino superior no Brasil. À presença desses estudantes contribui para a diversidade Acadêmica nas universidades, de modo a beneficiar os brasileiros a terem contatos com novas culturas e novos métodos.

O PEC-G apresenta uma série de elementos positivos e negativos, razão pela qual se faz necessário uma série de melhorias significativas, para que o Programa atenda seus objetivos, de aumentar a multiculturalidade no país e para contribuir para o desenvolvimento profissional dos estudantes e para seus países de origem.

Palavras-chave: cooperação internacional; desenvolvimento; educação; PEC-G.

A POLÍTICA PÚBLICA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL: UM DEBATE SOBRE A NECESSIDADE DE FORMAÇÃO CONTINUADA AOS PROFESSORES

Ana Cláudia Batista Lima Souza

Marcos Antônio Braga de Freitas

A presente pesquisa visa à reflexão sobre a política pública de educação ambiental tendo como foco a formação dos professores que atuam nas escolas de ensino básico. Trata-se de artigo de revisão que analisa pesquisas empíricas de autores conhecidos no cenário de debate da educação ambiental e que se debruçam sobre a necessidade de aproximação entre o discurso propalado nos documentos oficiais que regem a Educação Ambiental e a realidade vivida na sociedade.

A pesquisa justifica-se, na dimensão pessoal, por se tratar de tema ligado à minha profissão, sou professora da educação básica há 19 anos. Igualmente, pelo fato de estar escrevendo dissertação para a obtenção do título de mestre na área de Políticas Públicas e Desenvolvimento Regional da Amazônia, abordando a temática da Educação Ambiental no município de Boa Vista.

No que tange as dimensões social e científica, a pesquisa é justificada por debruçar-se sobre tema de suma importância para a sociedade, que é a própria educação e como a formação intelectual dos profissionais atuantes influencia para o desenvolvimento do ensino e da aprendizagem de forma positiva nas instituições educacionais.

O objetivo é refletir sobre a política pública de educação ambiental no que diz respeito à formação dos professores que atuam nas escolas de ensino básico. O procedimento metodológico utilizado foi o levantamento bibliográfico, de natureza descritiva. Os resultados obtidos com a pesquisa foram os seguintes: uma das grandes dificuldades para a inserção da Educação Ambiental nas escolas refere-se à precariedade de recursos materiais, em que estão inseridos os materiais de pesquisa e

estudo para o aprofundamento de temas ambientais e educacionais, inclusive para a formação permanente dos professores, os quais sem material adequado e em quantidade insuficiente para realizar seus trabalhos, procuram fontes diversas, nem sempre com adequada qualidade acadêmica e científica, o que vem prejudicando o trabalho desenvolvido.

Uma grande quantidade dos professores realiza suas pesquisas e seus estudos sobre a Educação Ambiental no mesmo material didático oferecido aos alunos, dentre os quais estão: as revistas, jornais e os livros didáticos. A maior parte das fontes utilizadas configura-se como materiais didáticos. As revistas e os jornais foram às fontes de informação de maior peso na formação dos professores como educadores ambientais.

As revistas científicas foram insignificantemente citadas. As fontes de informação apontadas pelos professores são, na realidade, meios de comunicação para o grande público, não tendo como preocupação a transmissão de conhecimentos e conteúdos mais elaborados do ponto de vista escolar, pois trazem informações genéricas para serem rápida e instantaneamente consumidas pelos leitores.

A situação preocupante, dessa prática educativa ambiental, concentra-se no fato de que os conhecimentos são tratados de forma fragmentada e superficial no que tange ao necessário domínio dos saberes escolares para a inserção da temática ambiental. Há um destaque para uma questão bastante pertinente que é a falta de incentivos que as escolas sofrem por parte dos órgãos de governo, o que as torna pouco participativas e excluídas das discussões atuais sobre o tema.

Com esta pesquisa concluímos que a política pública de educação ambiental tem falhado em 'sua missão', haja vista tudo o que é discursado nos documentos oficiais está longe de se materializar. Os professores, que são a mola propulsora do sistema educacional, os intermediadores desse complexo processo, sentem-se visivelmente abandonados pelos ministérios e secretarias que possuem, ou pelo menos deveriam possuir os meios econômicos e políticos para efetivar esta política pública.

A formação continuada, que não passa apenas por uma questão quantitativa, tem sido deixada de lado ou tem acontecido de maneira bastante insatisfatória. A lentidão e a burocratização dos órgãos que pensam as políticas educacionais torna inviável a concretização de projetos eficazes dentro das unidades escolares. Outro fator que também merece ser destacado é que a própria educação ambiental se formou diante de diversas correntes de pensamento, não há uma homogeneização ideológica, como muitas vezes se tenta demonstrar nos documentos que a regem.

Para desenvolverem um bom trabalho na questão ambiental, os professores precisam ter a possibilidade de conjugar teoria e prática, adquirindo a teoria, o conhecimento científico, por meio de estratégias estimulantes e incentivadoras e a prática longe da precariedade dos recursos materiais de pesquisa, pois sem material adequado e em quantidade suficiente não há como realizar um bom trabalho.

Palavras-chave: educação ambiental; formação; políticas públicas.

O ENSINO DAS ARTES COMO FATOR FUNDAMENTAL NO ENSINO BÁSICO ESCOLAR

Rodrigo Carvalho Cazuza

Bruna Wendy Mendonça Cortez

A pesquisa tem por tema o ensino das artes como parte fundamental do ensino básico escolar. A arte como um elemento cognitivo vai muito além do que uma fórmula ou um conjunto de regras para ser decorado e aplicado em situações. Por sua vez, a arte tem a capacidade de desenvolver outras características, não só cognitivas do aluno, mas também físicas e comportamentais; como coordenação motora, equilíbrio corporal e uma série de outras que poderiam ser listadas aqui.

Por isso, é necessário dar um grau de relevância maior para a disciplina que não prepara o aluno somente para resolução de provas e testes, mas também para vida, para que dessa forma, o aluno possa se conhecer melhor e assim lidar melhor com o mundo que o rodeia. O objetivo da pesquisa é demonstrar como a arte tem um papel fundamental e determinante na personalidade e no desenvolvimento humano em seu processo educativo.

Além disso, esse trabalho tem o intuito diferenciar alunos que tiveram artes como componente curricular, daqueles que não a tiveram. Os textos estão fundamentados em um método de revisão bibliográfica com base em livros e artigos especializados e levando em consideração pesquisas documentadas no quesito arte e educação, além de pesquisas de cunho experimental quanto à diferença do aluno que cresce com ensino das artes e daquele que cresce sem o seu aprendizado na matriz básica escolar.

Com base na literatura analisada nesta pesquisa de revisão, demonstra-se que os elementos positivos da aplicação do ensino das artes no processo educativo, promovem maior interesse por parte do

aluno às disciplinas, facilita a compreensão das demais áreas do conhecimento, permite a visualização ilustrada das situações cotidianas, permite questionamento de padrões e valores vigentes, atinge todos os indivíduos envolvidos (tanto os que apresentam quanto os que observam) em níveis físicos, racionais, emocionais, espirituais e sociais, melhora o contato com o outro, exercita trabalho coletivo e potencializa o autoconhecimento, permite a compreensão de diferentes manifestações culturais, e, dessa forma, conscientiza sobre o mundo das diversidades que nos rodeiam, além de ser uma prática prazerosa e lúdica.

Os resultados também demonstram que existem pontos negativos relacionados ao corpo docente não capacitado e habilitado especificamente para áreas das artes, pois estão concentrados nas demais áreas do conhecimento, devido à desvalorização do profissional formado nesse campo. Além disso, há, por parte do próprio corpo discente, um desinteresse em relação a disciplinas das artes, pois muita das vezes a inserção no mercado de trabalho é imprevisível ou não é adequada.

Outro elemento negativo é a forma de aplicação do ensino das artes no ensino básico escolar, fazendo desta uma pratica decorativa entre conteúdos e fatos históricos, sem uma metodologia mais prática, realista e aplicável a diferentes contextos e situações, pois não existe um uso apropriado das artes sobre a perspectiva de trabalho nas demais disciplinas, e quando existe, geralmente, está relacionada apenas a uma faceta específica da área das artes, e não de maneira conjugada aos demais.

Conclui-se com base nas pesquisas ora apresentadas como o ensino das artes complementam da melhor forma possível à grade curricular do ensino básico escolar, desenvolvendo os alunos não apenas cognitivamente nas suas capacidades de raciocínio, mas também humanamente, tornando-os cientes das suas limitações, capacidades, habilidades, e até desafios.

Palavras-chave: artes; educação; ensino básico; processo educativo.

EDUCAÇÃO ESPECIAL: DESAFIOS E PERSPECTIVAS DOS PROFESSORES DO COLÉGIO DE APLICAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA

Renata Morgado Silva;

Ana Lia Farias Vale

Leis conquistadas ao longo do tempo são reflexos de anseios demandados de uma parte da sociedade que não está sendo assistida em suas necessidades de socialização e desenvolvimento humano. O desafio agora é colocá-las efetivamente em prática. Nesta perspectiva a pesquisa tem como foco verificar os desafios e perspectivas enfrentados pelos professores do Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Roraima, no tocante as Políticas Públicas voltadas para Educação Especial.

A justificativa para o desenvolvimento desta pesquisa é fundamentada em uma realidade enfrentada no campo de atuação, onde vivencio uma rotina diária de trabalho pedagógico no Ensino Regular com inclusão de crianças com deficiência e me deparo com desafios diários e com perspectivas limitadas em diferentes metas que são alcançadas de forma não satisfatória, em diversos momentos do cotidiano escolar no CAp da UFRR.

Esta pesquisa justifica-se também pela própria produção científica ainda limitada no que se refere à Educação Especial no estado e na relevância política que se dá através de posições e decisões que poderão ser tomadas para um planejamento ordenado numa instituição que tem papel relevante na sociedade.

O objetivo central da pesquisa visa analisar a Educação Especial no Colégio de Aplicação, da Universidade Federal de Roraima, investigando os desafios e perspectivas dos professores de Ensino Regular para o desenvolvimento de uma educação inclusiva, verificando a execução das leis para garantir os direitos de pessoas com deficiência e

identificando os tipos de ações e intervenções que estão sendo implementadas.

Os procedimentos metodológicos utilizados na pesquisa foram: de revisão bibliográfica que vem ocorrendo com a busca de um aporte teórico em banco de teses de universidades, online, em sítios de revistas e periódicos especializados, para atender à estrutura dissertativa a pesquisa documental, já se encontra em andamento, com arrolamento das políticas públicas que garantem a Educação Especial no âmbito escolar em nível de Brasil, através das leis, dos decretos, das normas e dos pareceres que amparam tais políticas, fazendo uma classificação de suas especificidades e garantias, pesquisa de campo que será desenvolvida em etapas: num primeiro momento com observações nas adequações físicas, num segundo momento na área pedagógica e num terceiro momento, entrevistas serão realizadas com os professores e os técnicos (gestão, equipe de apoio) do CAp, para extrair as subjetividades (desafios/limitações, perspectivas) dos que trabalham diretamente com crianças com algum tipo de deficiência.

Os resultados apresentados na pesquisa demonstram que os pontos negativos no desenvolvimento das ações voltadas para atender a Política Pública de Educação Especial no colégio estão relacionados a falta de recurso disponibilizado para adequações, adaptações e aquisição de materiais, onde a gestão precisou, por solicitação do Ministério Público, organizar uma sala para atendimentos educacionais especializados, sem apoio financeiro da UFRR, a ausência de formações especificas, que torna o trabalho dos professores muitas vezes improvisado e a falta de apoio pedagógico em sala, fazendo com que o professor tenha que desenvolver atividades diferencias e atender diversas demandas sem auxílio.

Como pontos positivos foram possíveis identificar os atendimentos na sala multifuncional, que iniciou sem um profissional especializado, mas hoje dispõe deste e é feito um trabalho individualizado com cada aluno atendendo sua especificidade. A adaptação de banheiro e rampas de acesso é outro ponto relevante e as placas de identificação em LIBRAS, nas salas do colégio.

Conclui-se que quando falamos em inclusão de pessoas com deficiência, tratamos de uma amplitude social complexa, que precisa avaliar as Políticas Públicas necessárias para que tenhamos um desenvolvimento real. A lacuna ao atendimento a pessoa com deficiência perpassa por órgãos, locais, pessoas, e a sociedade precisa continuar lutando para que essas demandas sejam atendidas.

No âmbito escolar não é diferente, a escola organizada precisa priorizar a inclusão, inserindo em seu Projeto Político Pedagógico, tais necessidades e buscando parcerias para que consiga desenvolver um trabalho adequado e que aos poucos possa diminuir, cada vez mais, as barreiras encontradas na execução deste trabalho, ainda complexo, mas que possibilita e amplia o real desenvolvimento humano.

Palavras-chave: adequações; educação especial; formação de professores; inclusão.

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA PREVENÇÃO DO SUICÍDIO EM RORAIMA

Caroline de Moura Antunes

Emanuelle Mendonça de Oliveira

Ivan David Castro Chacon

O Brasil é apontado pela Organização Mundial da Saúde como o 8º país com maior número de suicídios, dado que não é de surpreender, em virtude de pesquisas que apontam os altos índices que, dentre outras regiões, no Norte, Roraima configura-se na segunda posição nacional. A temática deste trabalho é, assim, o estudo de políticas públicas no estado que visem à prevenção do suicídio.

Desse modo, o estudo tem a seguinte problemática: Seriam essas políticas públicas de fato efetivas no contexto de um estado federativo com altos índices de suicídio tal como é Roraima? O estudo de políticas públicas de prevenção ao suicídio tem por justificativa, pois, a possibilidade de pôr em evidência fatos ainda não constatados e que podem servir de pontapé inicial para o desenvolvimento ou aperfeiçoamento destas.

O objetivo do presente estudo de políticas públicas de prevenção do suicídio em Roraima é analisar, portanto, quais as políticas que, neste âmbito, vem sendo implementadas e se há uma efetividade nelas, bem como a apropriada disseminação de informações entre a sociedade geral e a devida conscientização dos elementos necessários para o sucesso dos programas de prevenção ao suicídio.

Os procedimentos utilizados no presente estudo foram à análise de dados recolhidos em relatórios da Organização Mundial da Saúde (OMS) e em notícias nacionais, estaduais e municipais, bem como a consulta de sites oficiais do legislativo de Roraima e de associações civis, além do uso de artigos científicos que já abordaram tal tema ou similar. Dentre os resultados do trabalho, primeiramente estão diversas

causas do suicídio como o contexto em que se reside, a estrutura social, a situação financeira, a desesperança em relação ao futuro e à própria vida, e a sensação de desamparo que é igualmente presente.

No âmbito da estrutura social boa parte dos suicídios em Roraima ocorre em indígenas, cujas causas são o choque de realidade sociocultural, conflitos étnicos e alcoolismo. Além disso, constatou-se que, segundo dados, o Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) em Boa Vista, tem reduzido em 14% o risco de suicídio, portanto, é uma política pública de efetiva e de grande importância.

Destaca-se ainda, a parceria entre a Assembleia Legislativa do Estado e a Defensoria Pública, que por meio dos "Diálogos na sala de espera", debateram sobre a autoestima, depressão e prevenção ao suicídio. Há também associações como o CVV (Centro de Valorização da Vida), que trabalha com políticas de prevenção do suicídio, por meio da assistência emocional por linhas telefônicas de emergência, além de campanhas como o Setembro Amarelo, que se empenhou na discussão e sensibilização do tema através da interação nas escolas, marchas e corridas em conjunto com instituições religiosas.

Ademais, no âmbito da assistência médica psiquiátrica em Roraima, mais especificamente em Boa Vista, sempre há um médico psiquiatra de plantão disponível no HGR (Hospital Geral de Roraima) para que aja um suporte a casos graves. Vale ressaltar que, é também uma proposta do Conselho Regional de Medicina, expandir o número de hospitais que possuem este serviço disponível 24 h.

Conclui-se, com base na pesquisa realizada quanto às políticas públicas de prevenção ao suicídio em Roraima que há uma gama de políticas que abordam o tema, todavia observa-se que elas ganham mais relevância e prestígio local em determinadas épocas como, por exemplo, durante o Setembro Amarelo, o que diminui a efetividade das mesmas e contraria o fato de que prevenções são necessárias em todos os momentos.

Palavras-chave: políticas públicas; Roraima; suicídio.

AS MULHERES NO MERCADO DE TRABALHO: DESAFIOS E CONQUISTAS

Shaline Ram Uchôa

Julliana da Silva Christ

As mulheres constituem uma variável fundamental para o desenvolvimento de um país. Sua força de trabalho, no entanto, só começou a ganhar reconhecimento e visibilidade a partir de 1970. Desde então, as discussões acerca da desigualdade no trabalho tornam-se mais explícitas e recorrentes, e, consequentemente, começam a serem pensadas medidas que poderiam reverter este quadro de desigualdade, a fim de uma maior inclusão das mulheres neste âmbito.

Contudo, apesar das diversas conquistas das mulheres em relação a sua efetiva participação no mercado de trabalho, ainda existem obstáculos enraizados na cultura brasileira que dificultam a entrada da mulher no mercado de trabalho. Essa realidade piora quando a mulher é negra. Por mais que o Brasil seja um país altamente miscigenado, o racismo ainda é um problema evidente.

Em vista disso, foi criado o programa Pró-Equidade de Gênero e Raça, o qual propõe ações concretas para o enfretamento deste quadro de desigualdade e racismo, tais como o aumento da participação de mulheres em cargos de liderança e comando nas organizações, equiparação dos salários das mulheres às suas qualificações, valorização do trabalho de todas as mulheres no interior das organizações (com destaque para o trabalho das mulheres negras).

A justificativa desta pesquisa fundamenta-se em um problema histórico social. As mulheres foram vistas, por séculos, como inferiores aos homens, e mesmo quando passou de donas de casa para trabalhadoras no campo ou na indústria, seu trabalho nunca fora reconhecido ou valorizado. Diante disso, é de extrema importância que sejam pensadas políticas públicas que possam aumentar e estimular a

participação das mulheres no mercado de trabalho.

O objetivo da pesquisa é analisar a trajetória histórica das mulheres como força no mercado de trabalho, os avanços desde o reconhecimento do quadro de desigualdade, e ainda, o que pode ser feito para promover mais avanços para a área. Deste modo, contribuindo para a efetiva eliminação da desigualdade e racismo que persistem em nossa sociedade.

Os procedimentos metodológicos utilizados na presente pesquisa fundamentam-se em uma revisão bibliográfica e documental, e estrutura-se por meio da busca de programas como o Programa do Governo Federal, Pró-Equidade de Gêneros e Raças, o qual tem como parceria a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), ONU Mulheres e a Organização Internacional do Trabalho (OIT).

O Programa da pesquisa possui uma proposta criteriosa que exige um comprometimento das organizações participantes, de médio e grande porte, visto que as mesmas refletem no mercado de trabalho. O objetivo não é incentivar competições entre estas, mas sim possibilitar que todas avancem em suas propostas de igualdade gênero e raça.

Os resultados da pesquisa evidenciam que os benefícios criados pelas instituições ao desenvolverem seus planos de ação interferem diretamente no interior das organizações, contribuindo para melhorias no espaço de trabalho, sobretudo para as mulheres. Um ponto positivo também, é a quantidade de organizações participantes que aumenta a cada edição, além de aumentar sua permanência no programa.

Os desafios encontrados estão ligados à própria estrutura sexista e racista ainda vivenciada na sociedade de modo geral e que se perpetua no mercado de trabalho. O Programa encontra barreiras na perpetuação da divisão salarial, que prejudica o rendimento das mulheres (principalmente mulheres negras).

Encontra dificuldades também na ocupação de espaços de poder e liderança, e no preconceito vivenciado pelas mulheres em função da maternidade e pelos estereótipos de gênero que perpassam no mercado de trabalho.

Com base nos resultados da pesquisa, conclui-se que o Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça, apesar de certos limites estruturais, vem criando melhores condições para que a presença das mulheres no trabalho não se faça em um ambiente discriminatório, este permite uma mudança cotidiana que se inicia no interior das organizações, e que pode se expandir para o mercado de trabalho, bem como para fora deste, atingindo as relações sociais num âmbito maior.

Palavras-chave: mercado de trabalho; mulher; políticas públicas.

CAPÍTULO 3

Políticas de Segurança e Defesa

O USO DAS FORÇAS ARMADAS NA SEGURANÇA PÚBLICA BRASILEIRA

Francisco Cézar Bezerra Visgueira

André Andriw

Elói Martins Senhoras

As Forças Armadas possuem tradicionalmente por objetivo garantir a Defesa Nacional contra ameaças externas, não obstante tenham adquirido crescente uso doméstico, principalmente no âmbito da Segurança Pública, em função da emergência de ameaças nacionais e internacionais em diferentes países no mundo.

No Brasil, a crescente securitização política das Forças Armadas também é uma realidade, não apenas porque existe prerrogativa constitucional por meio da previsão legal de seu uso excepcional por meio de dispositivos de Garantia da Lei e da Ordem, Intervenção, Estado de Sítio ou de Defesa, mas porque crescentemente o seu papel em ações subsidiárias e de Garantia da Lei e da Ordem tem se tornado recorrente.

Com base nesta problemática, a justificativa da presente pesquisa fundamenta-se, tanto, pelo uso cada vez mais constante das Forças Armadas em assuntos domésticos, principalmente ligados à agenda de Segurança Pública, quanto, pela limitação da literatura científica brasileira no assunto, razão pela qual o texto vem corroborar com o debate. O dilema que esta pesquisa trabalha é a dualidade existente no uso das Forças Armadas entre suas funções tradicionais para a Defesa Nacional vis-à-vis às novas funções no âmbito da Segurança Pública no contexto doméstico.

O objetivo desta pesquisa é analisar como as Forças Armadas têm sido utilizadas no âmbito doméstico à luz jurídica de um Estado Democrático de Direito que é contextualizado por novos padrões de ameaças transescalares e de novas demandas políticas para securitização das Forças Armadas. Os procedimentos metodológicos utilizados na

presente pesquisa fundamentam-se em uma revisão bibliográfica e documental, bem como em um estudo de caso que se estruturou pelo mapeamento ações subsidiárias e operações de Garantia da Lei e da Ordem no Brasil no período entre 1988 e 2018.

Os resultados obtidos na pesquisa demonstram que existe um campo de poder complexo permeado por debates contraditórios, o qual se estrutura em função da polarização existente entre defensores e críticos ao uso das Forças Armadas no âmbito doméstico.

Conclui-se com base nos resultados que o uso das Forças Armadas em questões de Segurança Pública no país é positivo e contribui para agenda securitária do país no curto prazo, embora no médio e longo prazo possa impactar um desgaste estrutural e de desvirtuamento das funções tradicionais das Forças Armadas, razão pela qual o uso pontual, temporário e excepcional se torne em uma condição indispensável.

Palavras-chave: ações de garantia da lei e da ordem; ações subsidiárias; Forças Armadas; segurança pública.

POLÍTICA AÉREA ADOTADA NO BRASIL

Felipe Oliveira Guimarães

O tema abordado nessa pesquisa é a Política Aérea de Aviação Civil no Brasil, que iniciou a atividade do Controle do Espaço Aéreo em 1941, com a criação do Ministério da Aeronáutica implantando um sistema único para atender a aviação civil como a militar, concepção essa que trouxe considerável economia de meios e recursos para o país.

A justificativa do desenvolvimento dessa pesquisa é a falta de especialistas que abordam essas temáticas bem como o amplo desconhecimento das pessoas acerca desse assunto, levando em consideração que essa temática foi abordada em 2006 quando houve o acidente envolvendo um avião da Gol que colidiu com um Legacy por erro do controlador de tráfego aéreo, onde o acidente vitimou 154 pessoas que estavam a bordo do avião.

O objetivo da pesquisa é analisar no que consiste essa política e suas principais características bem como os impactos da militarização no controle do espaço aéreo. Os procedimentos metodológicos utilizados foram de revisão bibliográfica e documental com base nas normas e procedimentos recomendados pela Organização de Aviação Civil Internacional (OACI), bem como obtido em artigos especializados e também através de entrevistas com profissionais que atuam na área de Controle do Espaço Aéreo.

Os resultados obtidos demonstram que os pontos positivos da Política Aérea Civil, adotada no Brasil são: Economias dos recursos, o fato de serem militares os controladores de tráfego aéreo no Brasil, garantem a continuidade do serviço para provedor (FAB) e o usuário (piloto e passageiros). Outro fator positivo é que houve uma evolução em prol da segurança independente da Administração.

Os pontos negativos são: falta de regulamentação específica para o controlador de tráfego aéreo, mesmo os controladores civis são

subordinados ao Departamento do Controle do Espaço Aéreo (DECEA) uma instituição administrada pela FAB, logo são subordinados a doutrina militar, o uso da farda não combina com a atividade fim exercida; não tem amparo para os controladores caso se envolvam em um acidente aéreo, há uma desvantagem tecnológica pelos sistemas aqui utilizados comparados aos países de primeiro mundo.

Conclui-se com os resultados obtidos nessa pesquisa e pela entrevista feita a alguns profissionais controladores como na literatura abordada que no Brasil a desmilitarização pode ser uma via adequada para o controle do Espaço Aéreo, um maior debate acerca do assunto já que o tema é pouco abordado no país, bem como a regulamentação da atividade de controle de tráfego aéreo já que não tem uma legislação especifica regulamentando essa atividade.

Palavras-chave: controle do espaço aéreo; desmilitarização; política aérea; regulamentação.

A MISSÃO PACIFICADORA NO HAITI E SUA RELAÇÃO COM A IMPLEMENTAÇÃO DAS UPPS NO BRASIL

Giovanna Lacerda

Ana Caroline Gomes dos Santos

Entre 2005 e 2007 houve no Haiti um processo de pacificação, que ocorreu no interior das comunidades mais violentas de Porto Príncipe. Bel Air, Cité Militaire e Cité Soleil são nomes comuns para os agentes brasileiros que participaram da missão pacificadora, em conjunto com as Nações Unidas. Especialistas em segurança afirmam que a missão em território haitiano foi primordial para a criação e implementação das Unidades de Polícia Pacificadoras (UPPs), no estado do Rio de Janeiro.

O objetivo deste trabalho é analisar a criação de uma política de segurança pública, implantada em um estado brasileiro, e sua conexão com a atuação internacional das Forças Armadas do Brasil, em parceria com as Nações Unidas, e os interesses diplomáticos brasileiros que cercaram a missão de pacificação no Estado haitiano.

Quando as missões pacificadoras no Haiti foram anunciadas a participação brasileira foi vista como uma jogada diplomática visando um assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas. No entanto, mesmo que essa tenha sido a principal motivação brasileira, a experiência acabou por agregar aos conhecimentos de segurança do Estado brasileiro.

Os procedimentos metodológicos envolveram pesquisa sobre a atuação brasileira no Estado haitiano (incluindo uma comparação das similaridades entre as comunidades haitianas e brasileiras), a análise de discursos de especialistas em segurança brasileira e internacional, bem como a avaliação histórica do posicionamento do Brasil em relação às políticas das Nações Unidas e o método de implementação das Unidades de Polícia Pacificadoras no estado do Rio de Janeiro.

Como resultado, é possível perceber que ao aceitar a missão no Haiti, o Estado brasileiro foi sagaz diplomaticamente por dar mais um passo na sua empreitada pelo assento fixo no Conselho de Segurança, ao mesmo tempo em que descobriu uma similaridade entre as comunidades haitianas e as cariocas, podendo assim implementar uma política pública em território nacional.

A importância da experiência foi tamanha que em 2013 um acordo de cooperação entre o governo haitiano e o governo do estado do Rio de Janeiro, naquele momento governado por Sérgio Cabral, foi firmado, visando a implementação de uma UPP no Haiti. Portanto, ao aliar seus interesses aos do Estado haitiano, assim como o interesse das Forças Armadas, que reclamavam da falta de financiamento, o Brasil acabou por absorver experiência suficiente para lidar com alguns dos seus problemas internos de segurança. Nesse ponto, percebe-se a importância da atuação internacional e a criação de uma política pública nacional.

Palavras-chave: Hait; missão pacificadora; política pública; UPPs.

A AMAZÔNIA COMO FOCO DAS POLÍTICAS DE DEFESA E DESENVOLVIMENTO DO REGIME MILITAR

Nicholas Martins;

Débora Fontoura

Desde o período colonial a Amazônia representa uma área geoestratégica de suma importância para os países que a compõem, especialmente no Brasil. É uma fonte de recursos naturais (hídricos e terrestres, por exemplo) quase que inesgotável. Não obstante que os Estados amazônicos realizem políticas de defesa e de desenvolvimento focados na Amazônia.

No Brasil, por exemplo, o período pombalino foi o Grande responsável pela criação de fortes em toda a região, com propósitos estratégicos e de defesa. O ciclo da borracha foi o responsável pelo crescimento de diversos setores na região, em especial as cidades de Belém e Manaus, que se tornaram grandes polos de comércio e de exportação (seus portos eram lotados de navios estrangeiros); com isso, foi gerada uma enorme onda de migração de nordestinos para a região.

Dessa forma, compreende-se que durante todo o período histórico brasileiro, foram realizadas diferentes políticas públicas de defesa e de desenvolvimento da Amazônia (além de integração); contudo, a maneira como tais políticas públicas foram aplicadas mudou drasticamente em 1964, com a instauração da ditadura Militar, com a criação de vários programas voltados para a Amazônia, como o Projeto Radar da Amazônia (RADAM), a Superintendência para o Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e a superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA).

Através desses dados, a justificativa do presente resumo dá-se pela constante formulação de políticas de desenvolvimento pelos regimes militares, que tinham como foco desenvolver a região para não "entregar", evitando a interferência de fatores externos. A análise de tais

programas implementados pelo regime Militar é o principal objetivo da pesquisa, assim como a busca por um entendimento das políticas de defesa realizadas no período. Durante esta pesquisa, os procedimentos metodológicos utilizados foram baseados em revisão bibliográfica, documental e histórica, assim como um estudo acerca do o Banco da Amazônia (BASA), criado em 1966 e ainda presente atualmente, servindo como um apoio ao crédito na região.

Os resultados obtidos através da presente pesquisa mostram que os governos militares tinham uma preocupação de desenvolver a Amazônia e criar, até mesmo, processos de integração na região, a fim de reafirmar a soberania e o assim como o nacionalismo, apresenta-se como resultado, ainda, a análise acerca do projeto da rodovia Transamazônica, iniciada no governo Médici, em 1972, e até hoje não foi concluída.

Conclui-se, dessa maneira, que a Amazônia é uma área que abrange diversos interesses, sejam eles de defesa, desenvolvimento ou preservação; que são mutáveis conforme o período e o governo pelas quais são formuladas.

Palavras-chave: Amazônia; Defesa; desenvolvimento; integração; nacionalismo.

PRESENÇA E OCUPAÇÃO DO EXÉRCITO BRASILEIRO EM FAIXA DE FRONTEIRA DO ESTADO DE RORAIMA

Marcos de Lima Gomes;

Elói Martins Senhoras

O presente resumo tem como foco discutir a presença e ocupação das Forças Armadas (FA) do Brasil em faixa de fronteira no estado de Roraima, em particular o Exército Brasileiro. As FA são compostas pela Marinha, Exércitos destinam-se à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem conforme prevista na Constituição de 1988.

Justifica-se tal pesquisa devido ao crescente número de Unidades Militares (UM) realocadas dos grandes centros urbanos brasileiros para a região Norte, tal medida demonstra a preocupação do poder central brasileira em se fazer presente em áreas fronteiriças, principalmente em regiões com pouco adensamento demográfico.

Desta forma, no estado de Roraima, as representatividades das FA se fazem por meio: da Agência Fluvial, Marinha do Brasil, destacamento no município de Caracaraí, com jurisdição do 9º Distrito Naval sediado em Manaus (AM), Ala 7, sede em Boa Vista (Força Aérea Brasileira) e Comando da 1ª Brigada de Infantaria de Selva, sede em Boa Vista (Exército Brasileiro). Roraima possui limites fronteiriços com a República Bolivariana da Venezuela e a República Cooperativista da Guiana, com 958 e 964 km respectivamente, perfazendo num total de 1922 km de linha de fronteira.

A presença e ocupação por parte das FA na faixa de fronteira roraimense é missão, principalmente, do EB por meio de seus seis Pelotões Especiais de Fronteira (PEF), demais Unidades Militares (UM) que compõe o C 1ª Bda Inf Sl, e com apoio logístico da FAB. Objetiva-se no pressente resumo apontar breves considerações, ainda que incipiente por fazer parte de um projeto de mestrado, sobre as novas

perspectivas da presença e ocupação militar para a região Norte do Brasil, no particular o estado de Roraima, por meio da militarização do espaço geográfico roraimense, partindo da premissa da escassa presença do poder público, principalmente federal, em áreas fronteiriças consideradas vulneráveis aos ilícitos transnacionais.

Os procedimentos metodológicos utilizados na presente pesquisa fundamentam-se em uma revisão bibliográfica e documental, bem como experiência empírica do autor. Como resultados iniciais, observa-se que a presença física das FA é incipiente ao longo da linha fronteira roraimense. No entanto, as vigilâncias in loco destas fronteiras são realizadas pelos seis PEF especializados nos municípios de: 1º PEF Bonfim; 2º PEF Normandia: 3º PEF Pacaraima; 4º PEF Surucucu (Alto Alegre); 5º PEF Auaris (Amajarí) e 6º PEF Uiramutã.

A capacidade plena de um PEF é de sessenta e seis militares tornando humanamente impossível realizarem seus deveres constitucionais. Um PEF é considerado a "sentinela avançada" que tem como missão, a vigilância da fronteira onde cooperará com a vivificação da área, não limitando as atividades militares.

A porosidade nestas áreas é motivo de preocupação para toda sociedade brasileira, uma vez que é por meio delas que acontecem a entrada de diferentes tipos de ilícitos: tráficos de drogas ao desmatamento; contrabando de armas e pessoas; além de crimes ambientais e biopirataria; dentre outros, o que poderá atentar contra a soberania nacional.

Não obstante, ainda que seja escassa a presença estatal nestas áreas, a presença das FA, em particular do EB, apresenta-se como fator de suma importância na tentativa de contenção de ilícitos transfronteiriças, por meio da presença e diversas operações militares (ÁGATA dentre outras) e de Ação Cívico-Social (ACISO), principalmente em áreas indígenas que possui maior vulnerabilidade social. Nas últimas três décadas a região amazônica recebeu diversas UM realocadas do Centro-Sul do Brasil conforme planejamento estrutural do comando e de mobilidade para toda a região Norte, fato explicitamente delimitado na Política de Defesa Nacional.

A tendência do alto Comando do Exército é realocar UM de zonas urbanas do país para áreas fronteiriças, neste contexto, o estado de Roraima foi contemplado com o Comando da 1ª Brigada de Infantaria de Selva (Brigada Lobo D´Almada) em 1991 oriundas da cidade de Petrópolis - RJ, sendo hoje composta por nove UM.

Assim sendo, percebe-se que o alto Comando do Exército, por meio do Ministério da Defesa, desperta atenção sobre a necessidade de modificações e atuações das FA para a região amazônica por meio de estratégias da presença, em decorrências dos obstáculos à mobilidade e à concentração de forças destas UM situadas nas fronteiras que terão papel fundamental como destacamentos avançados de vigilância e de dissuasão, no intuito de preparo para possíveis conflitos tradicionais e/ou conflitos assimétricos.

Ainda que elementares, os resultados apontam para uma nova tendência no pensamento estratégico e de presença militar para região amazônica. Por fim, acredita-se que tais mudanças de fato contribuirão para o fortalecimento da manutenção territorial, controle estatal de forma salutar, sendo as FA indutoras do desenvolvimento local e regional.

Palavras-chave: Amazônia; Exército; ocupação militar; porosidade fronteiriça.

AÇÕES CÍVICO-SOCIAIS REALIZADAS PELO 6º PELOTÃO ESPECIAL DE FRONTEIRA (6º PEF) UIRAMUTÃ (RR)

Marcos de Lima Gomes

Elói Martins Senhoras

As Forças Armadas (FA) do Brasil são compostas pela Marinha, Exércitos destinam-se à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais, subordinadas diretamente ao Presidente da República. Além das missões constitucionais, caberá também as FA realizarem missões subsidiariam previstas em Lei. Dente elas, as Ações Cívico-Sociais (ACISO) consideradas o conjunto de atividades de caráter temporário, episódico, de assistência e auxílio às comunidades, promovendo o espírito cívico e comunitárias dos cidadãos desenvolvidas pelas Organizações Militares das FA, corroborando diretamente para a vivificação das comunidades circunvizinhas, sendo elas indígenas ou não.

Ainda que seja uma atribuição legal e aliada a escassa prestação de serviços básicos de assistência cívico-social por parte do poder público local, o 6º PEF realiza diversas outras atividades de cunho social ou não (atividade militar fim). Diante de tal problema, justifica-se a presente pesquisa fundamentando-se, tanto, pelo uso constante do 6º PEF nas ACISO no município de Uiramutã e comunidades circunvizinhas, bem como a escassa prestação de serviços por poder público (municipal e estadual, federal).

O objetivo do presente resumo será apontar breves considerações sobre as contribuições e Ações Cívico-Sociais (ACISO) realizadas pelo 6º Pelotão Especial de Fronteira (6º PEF), principalmente as médico-odontológicos e laboratoriais, localizado a Nordeste do estado, cerca de 315 km da capital Boa Vista, que teve sua gênese por meio Projeto Calha Norte (PCN) em 2002, no ano de 2016. Utilizou-se como procedimentos metodológicos de revisão bibliográfica e documental, bem como em site da internet, visita técnica in loco no PEF no mês de fevereiro de 2017 e

experiência empírica do autor. O Exército Brasileiro utiliza-se do slogan "Braço forte, Mão amiga", onde o "Braço forte". Onde o "Braço forte" representa o desempenho forte e seguro da instituição e a "Mão Amiga" representa seus valores e o trabalho desenvolvido em prol da sociedade.

Desta forma, o 6º PEF tem como uma das principais missões desenvolver atividades da "Mão Amiga" por meio das diversas atividades realizadas naquela região. O Exército Brasileiro está representado pelo Comando da 1ª Brigada de Infantaria de Selva com sede em Boa Vista-RR, possui nove Unidades Militares diretamente subordinadas, dentre elas encontram-se o Comando de Fronteira Roraima / 7º Batalhão de Infantaria de Selva, e seus seis Pelotões Especiais de Fronteira (PEF) especializados de forma estratégica pelo Exército Brasileiro.

De modo geral, um PEF possui uma estrutura de pequeno porte com efetivo reduzido de sessenta e seis militares entre Oficiais e Praças, sendo considerada a "sentinela avançada" que tem como missão: a vigilância da fronteira onde cooperará com a vivificação da área, não limitando as atividades militares, além de participarem diretamente de missões subsidiárias, como as Ações Cívico-Sociais (ACISO). O PEF está vinculado a tríade combate, vida e trabalho, que concomitantemente deverão estar sempre aptos param ao cumprimento de sua missão institucional de natureza essencialmente militar, estendendo-se também às atividades subsidiárias e complementares.

Como resultados, foram observados que o município de Uiramutã e as comunidades adjacências ao PEF são desassistidos serviços sociais públicos, em particular quanto a questão médico-odontológicos e laboratoriais, fazendo com que procurem ajuda no PEF para tais atendimentos, sendo atendidos na medida do possível. O 6º PEF faz em média cerca de quatro ACISO/mês, comumente são realizadas durante o Reconhecimento de Fronteiras (REFRON) e na sede do PEF.

Durante o ano de 2016, foram realizados atendimentos médico, farmacêutico de 3.674 pacientes pelo PEF. Sendo: Atendimento médico, laboratorial e farmacêutico, 2267; atendimento dentário, 1043 e atendimento enfermaria, 364. Procedimentos realizados, 2186 e

distribuição de medicamentos, 3223 (Fonte: Seção de Saúde do 6º PEF, elaborado pelo autor). Cabe esclarecer, que além das atividades acima descritas, e não poderia ser diferente, o pelotão também atua com "Braço forte" durante os REFRON na coibição de crimes transfronteiriças, principalmente aqueles que envolvam estrangeiros, não índios, crimes ambientais, drogas dentre outros.

Percebe-se que há necessidade de melhor prestação de serviços públicos básicos para o município e as comunidades de seu entorno nas três esferas (federal, estadual e municipal), disto isto, é por meio do PEF que se buscam atendimentos de forma inicial, que ora atendidos mediante possibilidade.

Por fim, concluem-se que a presença deste Pelotão, naquela localidade é de suma importância e salutar que se evidencie tais atividades de cunho social, que ora lhes és negado pelo poder público nas três esferas governamental, que na medida do possível são atendidos, ainda de forma elementar pelo PEF que possui limitações orçamentarias, estruturais e de pessoal.

Palavras-chave: Ações Cívico-Militares; Forças Armadas; Pelotão Especial de Fronteira; Uiramutã.

ASPECTOS POSITIVOS E NEGATIVOS DA LEI MARIA DA PENHA

Cândida Alzira Bentes de Magalhães Senhoras

Geyza Alves Pimentel

A temática da violência de no Brasil está crescentemente presente no dia-a-dia dos cidadãos, nos debates acadêmicos, bem como nas políticas de Segurança e de Saúde Pública, razão pela qual o surgimento da Lei Federal nº 11.340/2006, conhecida como Lei Maria da Penha adquiriu relevância e repercussão nacional.

Respaldado no tema da violência contra a mulher, o qual é objeto de debates teórico-normativos diversos no campo das Políticas Públicas, o presente estudo analisa a Lei Maria da Penha a fim de ponderar alguns dos seus pontos positivos e negativos no combate à violência de gênero no âmbito familiar.

A presente pesquisa justificou seu desenvolvimento em razão da necessidade de se avaliar a real abrangência da Lei Maria da Penha, uma vez que existe uma excessiva idealização deste dispositivo legal sem correspondente base e materialidade.

Neste sentido, esta pesquisa alicerça suas diretrizes em duas justificativas suplementares, sendo o fundamento social identificado pelos dados alarmantes de violência contra a mulher no Brasil e em Roraima, além de se apresentar um fundamento científico que visa explorar a lacuna de análises empíricas no estado de Roraima.

O objetivo desta pesquisa é analisar aspectos positivos e negativos da Lei Maria da Penha tomando como referência um estudo sistemático da própria lei, bem como do estado da arte científico sobre este marco legal por meio do uso de um método histórico-legal-dedutivo caracterizado por uma abordagem qualitativa, exploratória e mista, tanto, quanto ao levantamento de dados por meio dos procedimentos de revisão

bibliográfica, integrativa e documental, quanto à análise de dados por meio de hermenêutica jurídica e análise de conteúdo.

Como resultados da pesquisa verificou-se que a lei incorre em problemas estruturais em termos legítimos de sua produção quanto ao foco concentrado nas instituições e atores da rede de atendimento secundário à mulher, bem como devido à ausência de foco em gênero, embora tenha legado instrumentos inovadores na proteção de mulheres vítimas de violência doméstica.

Conclui-se com base nas discussões apresentadas na pesquisa que embora a lei em estudo seja um avanço no campo de leis feministas e fruto dos seus movimentos sociais organizados, se verifica ainda a urgente necessidade de amparo jurídico paras as demais vítimas vulneráveis de violência familiar e de gênero, além de outras melhoras que visem realmente à segurança da população vulnerável e não de implementações de aspectos meramente políticos.

Palavras-chave: Lei Maria da Penha; segurança pública; violência contra a mulher.

A APLICAÇÃO DA LEI MARIA DA PENHA PARA VÍTIMAS TRANSEXUAIS E TRAVESTIS

Cândida Alzira Bentes de Magalhães Senhoras

Elói Martins Senhoras

Com a atual configuração das relações sociais, considera-se o termo gênero como uma construção social, não podendo estar atrelada exclusivamente ao sexo biológico de nascença do indivíduo e sim como este se identifica na comunidade em que vive.

Assim, com respaldo no artigo 2º da Lei Maria da Penha (LPM), como é conhecida a Lei Federal nº 11.340/2006, onde toda mulher, independentemente de orientação sexual merece viver sem violência, o presente estudo analisa a aplicação da LMP a fim de incluir a população transexual e travestis do gênero feminino já que são *stakeholders* vulneráveis no âmbito da violência doméstica.

A presente pesquisa justificou seu desenvolvimento em razão da necessidade de se ampliar a aplicação da LMP aos casos concretos, quando a utilização do termo gênero feminino é ampliacionista em relação à perspectiva tradicionalista restritiva à dimensão biológica do termo sexo feminina.

Neste sentido, esta pesquisa alicerça suas diretrizes em duas justificativas, tendo como fundamento social respaldado pelo fato de o Brasil nos últimos anos liderar o ranking de assassinatos de travestis e transexuais, além de se apresentar um fundamento científico devido à lacuna de estudos sobre o tema no país.

O objetivo desta pesquisa é analisar a aplicabilidade ou não da Lei Maria da Penha para vítimas transexuais e travestis do sexo masculino já que as do sexo feminino já são amparadas pela LMP nos casos de violência doméstica, se baseando em um estudo sistemático da própria lei, assim como no estado da arte científico sobre o tema.

A pesquisa fundamenta-se no método histórico-legal-dedutivo e uma abordagem qualitativa, exploratória e mista, caracterizada, tanto, pelo levantamento de dados por meio dos procedimentos de revisão bibliográfica, integrativa e documental, quanto, pela análise de dados por meio de hermenêutica jurídica e análise de conteúdo.

Como resultados da pesquisa verificou-se que o Poder Judiciário de apenas doze estados brasileiros passou a interpretar extensivamente o alcance da LMP em relação a travestis ou transexuais vítimas de violência doméstica, tendo sido o Distrito Federal e o estado de Roraima os últimos entes federativos. Em Roraima devido à demanda institucional.

Por um lado, a despeito do crescente uso extensivo na interpretação da LMP, observou-se na pesquisa que nenhum Tribunal da região nordeste aplicou a LMP às vítimas transexuais e travestis. Por outro lado, frente aos freios socioculturais existentes, inclusive no Poder Judiciário nacional, surgiu o Projeto de Lei Federal 8.032/2014 para incluir na LMP a proteção para transexuais e travestis, embora se encontre desde agosto de 2015 parados, aguardando deliberação na Comissão de Constituição, de Justiça e de Cidadania (CCJC) da Câmara, assim como o Projeto de Lei do Senado n° 191/2017 em tramitação.

Conclui-se com base nas discussões previamente apresentadas na pesquisa que a Lei Maria da Penha define claramente que o seu objeto de proteção é a mulher do sexo feminino (questão biológica), razão pela quais novas alterações na legislação urgem como necessárias, uma vez que o gênero feminino (construção social) está fora da LPM e frente a esta lacuna as poucas decisões proativas do Poder Judiciário tiveram uma natureza de politização da lei, o que torna imperativo que o Poder Legislativo assuma sua responsabilidade para definir e harmonizar o tema sem qualquer necessidade ou eventualmente espaço para uma interpretação extensiva.

Palavras-chave: Lei Maria da Penha; transexuais; travestis; violência contra a mulher; violência de gênero.

AÇÕES DO CENTRO HUMANITÁRIO DE APOIO A MULHER (2009-2017) COMO INSTRUMENTO DE ENFRENTAMENTO E COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

Nannibia Oliveira Cabral

Leila Chagas De Souza Costa

A presente pesquisa aborda a temática do enfrentamento e combate à violência contra a mulher, tendo por objetivo estudar as ações desenvolvidas pelo Centro Humanitário de Apoio a Mulher (CHAME) no município de Boa Vista – RR sendo este um importante instrumento de política pública.

Considera-se que a temática é de grande relevância, pois os dados estatísticos do CHAME revelam elevados índices de violência praticados contra a mulher no Estado de Roraima, despertando a necessidade de compreender como acontece o acolhimento e atendimento as vítimas que buscam esse serviço. O CHAME busca garantir direitos e proteção social as mulheres vitimizadas pela violência doméstica, no sentido de coibir novas práticas delitivas, seguindo instruções nacionais já consagradas por meio da Lei Maria da Penha.

Para alcançar o objetivo inicialmente proposto, utilizou-se como metodologia a pesquisa quantitativa através de dados estatísticos fornecidos pelo Centro do período de 2009 a 2017, a pesquisa descritiva aconteceu através de entrevistas com os servidores daquele Centro que possibilitaram maior familiaridade com o objeto da pesquisa, alinhada com a pesquisa bibliográfica, documental e normativa que permitiram identificar como o CHAME se organiza e desenvolve as suas atividades.

O Centro possui uma equipe de profissionais qualificados composta por psicólogos, assistentes sociais e advogados, que atuam no atendimento e acompanhamento de mulheres vítimas de violência. Dentre os serviços oferecidos pelo programa, tem-se o acolhimento, triagem, atendimento psicológico social e estudos dos casos apresentados

que demandem uma intervenção social e jurídica, e em conjunto possuem a finalidade de promover a igualdade de gênero e a garantia dos direitos das mulheres.

Entre os anos de 2009 a 2017, o CHAME realizou 7.965 atendimentos, número considerado elevado e que representa aproximadamente 4,60% da população feminina de Boa Vista/RR. Ou seja, para cada grupo de mil mulheres, 46 foram vítimas de violência doméstica no município. Ao se levar em consideração que muitos casos não são denunciados pode-se afirmar que o número de mulheres vitima de violência doméstica tende a ser ainda maior, atingindo todas as faixas etárias e classes sociais.

Dentre os atendimentos 40,55% (3.230) foram de jurídicos, 27,28% (2.173) social, 27,75% (2.131) psicológicos e 5,41% (431) psicológico e social. No do rol de atendimentos oferecidos pelo CHAME também é possível identificar os tipos de violência sofrida pelas vítimas, nos quais 31,98% dos casos se referem à violência psicológica, 24,50% à violência física, 24,50% à violência moral, 13,67% à violência patrimonial e 5,40% a violência sexual.

Esses índices permitiram traçar um panorama revelador de violência contra a mulher na cidade de Boa Vista/RR no período estudado, tendo como principais formas de manifestação a violência de caráter psicológico, físico e moral, com 80,93% dos casos. Observa-se ainda que de acordo com os dados citados que o maior percentual de violência registrado é o de violência psicológica em detrimento a violência física; e o menor registrado é o de violência sexual.

O Centro também realiza atendimento com a família, o através do acompanhamento assistencial para todos os membros, sendo estes vítimas ou agressores, e para este último o objetivo é de sensibiliza-lo, e orientá-lo para uma mudança de comportamento. Percebe-se ainda, que apesar dos avanços na legislação, inclusive com a criação da Lei Maria da Penha, o número de agressões não diminuíram em Boa Vista, porém, com as maciças divulgações acerca da lei e com a intervenção do trabalho realizado pelo CHAME os crimes tem sido denunciados, o que

possibilita visibilidade dos casos e a inclusão do maior número de famílias atendidas.

Ademais, a presente pesquisa possibilitou a compreensão do problema da violência doméstica e familiar cometida contra mulheres e ressaltou a aplicabilidade das ações da Política de Enfrentamento apreendida como de fundamental importância para a recuperação da autoestima e valorização das mulheres que vivem em situação de violência.

Essa recuperação só se torna possível quando as mulheres rompem com o ciclo da violência, realizando a denúncia do agressor e por vezes pondo fim no próprio vínculo conjugal. Por fim, o que torna legítimo a atuação do CHAME é o tratamento mais adequado às vítimas, contribuindo para os avanços contemplados com a Lei Maria da Penha, desvinculado de qualquer tipo de preconceito seja por questões culturais, religiosas ou patriarcais, pois a questão do combate à violência contra a mulher deve ser disseminada entre todos, para todos e em todo o tempo.

Palavras-chave: atendimento; CHAME; violência; mulher.

APLICAÇÃO DE RECURSOS PÚBLICOS EM SEGURANÇA PÚBLICA NO ESTADO DE RORAIMA: RELAÇÃO ENTRE NÍVEL DE INVESTIMENTO E ÍNDICES DE CRIMINALIDADE

Claycia Maria Rocha Machado

Ordilei Rocha Pereira

Leila Chagas de Souza Costa

Este texto pretende analisar os gastos realizados na área de segurança pública e avaliar a relação entre investimentos em segurança pública e os índices de criminalidade no Estado de Roraima nos anos de 2012 a 2017. O direito a segurança é prerrogativa constitucional indisponível, devendo ser implementado por meio de políticas públicas, obrigando ao Estado produzir condições objetivas, de tal modo que possibilite a todos o acesso a este serviço público.

Esse direito de cunho impositivo encontra-se no texto constitucional, em seu Artº. 144, como "dever do Estado, direito e responsabilidade de todos". Nesse sentido, a segurança pública envolve um conjunto de ações por parte do Estado e da sociedade, visando proteger o indivíduo e a coletividade e garantir direitos e cidadania para todos. No âmbito estadual a Constituição estabeleceu essa responsabilidade à Polícia Militar, à Polícia Civil e ao Corpo de Bombeiros Militar, instituições geralmente integrantes da estrutura hierárquica das secretarias de segurança públicas estaduais, cuja lei deve disciplinar a organização e o funcionamento, de maneira a garantir a eficiência de suas atividades.

Para cumpri-lo a missão institucional os Estados Federados devem promover a alocação de recursos obtidos pela arrecadação de tributos e provenientes de transferências governamentais da União. Esses recursos são previstos no Plano Plurianual (PPA) e Lei Orçamentária Anual (LOA), e pela Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). Assim, o orçamento público, principal instrumento de gestão governamental, é a

ferramenta essencial para alocação dos recursos destinados as ações de segurança pública, incluindo as políticas públicas destinadas a prevenir e combater a violência.

Diante disso, objetivo desse estudo é analisar a relação entre o volume do orçamento destinado à segurança pública no Estado de Roraima, no período de 2012 a 2017 e o comportamento dos índices de criminalidade no Estado no mesmo período. Realizou-se uma pesquisa descritiva, com finalidade de estabelecer a interação entre orçamento da segurança pública e criminalidade, sem pretender inferir ou mesmo determinar a relação de causalidade entre essas duas variáveis.

Dentro dessa sistemática, pesquisaram-se na literatura especializada, em livros, artigos, dissertações e teses, pertinentes ao objeto. Também consultou-se a Constituição, leis e documentação técnica referente a conceitos orçamentários e de planejamento governamental. Simultaneamente, obtiveram-se dados nos instrumentos de planejamento do Estado de Roraima, os dois últimos PPA's (2012-2015 e 2016-2019) e orçamentos anuais correspondentes a esses exercícios financeiros.

A estatística sobre os casos de violência em Roraima no período analisado se extraiu do sistema de informações do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), compilados a partir das edições dos Anuários do FBSP. A partir dos dados e informações coletados na pesquisa documental, procedeu-se o exame do orçamento da segurança pública do Estado, a evolução dos valores direcionados a essa área nos dois últimos PPA's.

No Estado de Roraima, de acordo com o PPA 2016-2019, o orçamento da segurança pública equivale a 1,22% do total de despesas previstas para o mesmo período. A análise dos dados contidos no PPA 2012-2015 e 2016-2019 mostrou que o investimento diminuiu consideravelmente entre um período e outro, saindo de R$ 750.788.021,00 no primeiro quadriênio para R$ 203.367.504,00 no quadriênio atual, que representa uma diminuição de R$ 563.920.517,00 em valores nominais e 377,29% em termos percentuais.

No mesmo período, de acordo com dados obtidos do Portal do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, o total de ocorrências criminais em Roraima atingiu 1.115 ocorrências em 2012 e aumentou para 1.977 casos em 2016 (último ano com dados disponíveis), que em termos percentuais reflete um aumento em 77,31% em relação ao ano de início da pesquisa. Os crimes analisados são os de estupro, roubo e furto de veículos e homicídios dolosos.

Desse modo, ao mesmo tempo em que houve a redução do orçamento da segurança pública no Estado, ocorreu um aumento na criminalidade. Quando pensamos em uma política pública na área de segurança pública concluímos que requer além de uma decisão política, diversas ações selecionadas para implementá-las, caso contrário, não sairá do papel, será tão somente uma decisão política e não uma política pública.

Segundo o relatório do BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento) os gastos públicos com crime são seis vezes maiores do que os investimentos com o programa social Bolsa Família, por exemplo. Cabe aos estados não apenas gerir, não apenas alocar recursos, mas implementar de verdade uma política pública eficaz de prevenção e combate à violência.

Palavras-chave: criminalidade; gastos; políticas públicas; violência.

SILÊNCIO ADMINISTRATIVO DO PODER PÚBLICO AOS MIGRANTES VENEZUELANOS E SEUS IMPACTOS NO SISTEMA PRISIONAL DE RORAIMA

Vítor Plácido dos Santos Peres

João Pedro Morais

A desassistência do poder público em relação à migrantes venezuelanos como potencializador da crise do sistema prisional estadual é o tema explorado nesta pesquisa. Tendo em vista que o assunto supracitado está tornando-se cada vez mais recorrente, tanto na esfera política do Estado, quanto entre as diferentes camadas sociais da sociedade roraimense.

A justificativa para a construção da presente pesquisa trata-se do fato do estado de Roraima representar um dos maiores corredores do fluxo migratório venezuelano, em decorrência da crise política, econômica e humanitária que a Venezuela vem sofrendo nos últimos cinco anos. Sendo assim, o Governo de Roraima deveria apresentar iniciativas efetivas para não permitir a exclusão e marginalização destes indivíduos, podendo contribuir para uma expansão da suscetibilidade de práticas criminosas.

É importante considerar o aumento de 281% da população de reeducandos venezuelanos no sistema prisional do estado de Roraima nos últimos dois anos, fato que acabou levando a Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania (SEJUC) a tomar a iniciativa de exigir repasses mais significativos, gerando um aumento de custo mensal, que passou de R$ 38.277,02 em 2016, para R$ 122.889,38 em 2018 (221% em índices percentuais). Portanto, é importante demonstrar que a falta de capacidade e/ou a negligência da gestão por parte do Governo do estado de Roraima, e do Governo Federal, pode vir a gerar mais dificuldades em um dos setores mais problemáticos do Brasil: o sistema penitenciário.

No estado de Roraima, esta displicência pode vir a permitir à criação de um exército de reserva de mão de obra a disposição de facções criminosas territorialmente consolidadas. Os métodos utilizados na pesquisa tratam-se de análises documentais e levantamentos relativos à relatórios de situação, oriundos da Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania (SEJUC) do estado de Roraima, e do Governo do estado de Roraima; e de consultas efetuadas à membros do alto escalão da SEJUC do estado de Roraima.

Os resultados observados em curto prazo demonstram que o Governo do estado de Roraima possui certa incapacidade em formular políticas públicas que possibilitem a efetiva garantia de direitos e de condições mínimas de dignidade para migrantes venezuelanos, podendo representar, desta forma, um fator complicador relativo à crise vivida dentro das penitenciárias roraimenses.

Conclui-se com base nos dados e resultados previamente discutidos, que o fluxo migratório de venezuelanos para o estado de Roraima demonstrou um despreparo por parte do Governo Estadual e Federal de lidar com crises humanitárias e incapacidade de inserir socialmente os migrantes em esferas como o mercado de trabalho.

Palavras-chave: facções criminosas; migração venezuelana; reeducandos venezuelanos; silêncio administrativo; sistema prisional.

CAPÍTULO 4

Políticas de Turismo

O ESTUDO DA INDÚSTRIA DO TURISMO EM RORAIMA SOB A ÓTICA DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Élysson Bruno Fontenele de Albuquerque

Balbina Líbia de Souza Santos

A formação de políticas públicas é um mecanismo desenvolvido por meio de agentes como forma de propor medidas que configurem em articulações para a composição de soluções necessárias, nesse intuito expressando os esforços na formulação de medidas sociais, condicionou, assim, um estudo quanto a prática do fenômeno no campo comercial, tendo como objeto de análise a atividade turística.

A estrutura do turismo sofre com a ausência de políticas públicas quanto ao desenvolvimento de recursos para a estabilização da atividade, sendo atribuída ao Estado a condição de empregador dessas políticas. Entretanto, visto a falta de políticas nacionais, as políticas públicas são transferidas para os setores privados, que passam a exercer a cargo, tendo por finalidade a consolidação do desenvolvimento regional.

O presente estudo tem por objetivo estudar o processo do desenvolvimento regional do turismo no estado de Roraima, por meio de analisar os turismos na perspectiva das Teorias Relações Internacionais, para compreender a gestão do turismo e políticas administrativas por meio de Órgãos Governamentais brasileiros e outros stakeholders, para assim, examinar as políticas públicas existentes no estado de Roraima frente ao setor turístico.

Dessa forma, tem-se por linha de pesquisa a temática na relação da atividade turística em vinculo às Relações Internacionais, pautando por tripé teórico, as perspectivas do Realismo/Nacionalismo, Liberalismo e Construtivismo Social. Constituindo um estudo exploratório, descritivo e explicativo, caracterizando o estudo pelo método qualitativo, fundamentada em um método histórico-dedutivo, por meio de revisão bibliográfica e documental.

A partir dos métodos aplicados às teorias das Relações Internacionais, identificamos o Estado, o mercado e a Sociedade Civil, como os atores principais envoltos na formação de políticas públicas, produzindo meios de contribuir na fomentação do turismo no estado de Roraima, implicando condições cujo propósito é manifestado nos princípios do desenvolvimento regional.

Portanto, entendida a ausência de políticas públicas, tem-se a estagnação no processo, a partir da perspectiva da atividade turística, sendo compreensível a demanda do estado de Roraima por políticas que determinem o direcionamento da atuação, destacando os agentes que determinam à execução desses procedimentos estabelecidos, tendo em vista, contribuir para o direcionamento do desenvolvimento regional, atribuindo assim no grau de potencialidade.

Palavras-chave: desenvolvimento regional; relações internacionais; turismo.

POLÍTICAS PÚBLICAS DO BRASIL APLICADAS CONTRA A EXPOSIÇÃO FEMININA POR MEIO DO MARKETING TURÍSTICO

Fernanda Gabriela S. C. de Lima

Élysson Bruno Fontenele de Albuquerque

Ao longo da década de 1970 e 1980, as campanhas publicitárias turísticas brasileiras apresentavam uma imagem cujo objetivo era a divulgação quanto à exposição feminina, resultando a prática do turismo sexual, proporcionando consequências quanto à imagem do Estado em relação às referentes divulgações perante o cenário internacional.

A veiculação desse tipo de propaganda resulta em consequências negativas à imagem brasileira, difundindo uma conotação negativa diretamente quanto à população feminina e indiretamente em vários outros âmbitos da sociedade, sendo assim, o que possa abrir margem a exposição destas à atos de violência e crimes.

Esta pesquisa tem por objetivo analisar os impactos quanto à representação do Brasil perante as campanhas turísticas veiculadas, por meio do resultando alcançado com a adoção de políticas públicas adotadas atualmente pelo Estado, como forma de reparar à imagem da mulher brasileira, por meio da atribuição do turístico associado à atividade sexual, cujo conteúdo representava uma injúria ao público do gênero.

O recorte metodológico, quanto à finalidade da pesquisa é caracterizada por um estudo exploratório, descritivo e explicativo. Quanto aos meios de estudo, a pesquisa caracterizada de caráter qualitativo, fundamentada em um método dedutivo a partir das revisões bibliográficas e as campanhas publicitárias que apresentam relevância à temática abordada.

A linha de pesquisa, no quadro científico, agrega uma série de fenômenos a serem trabalhados tendo como fenômeno de análise as

políticas públicas desempenhadas pelo Estado em relação ao âmbito de promoção do turismo, levantando o questionamento sobre a forma em que é vinculada a imagem feminina e os reflexos indiretos que esta política causa no meio social.

Deste modo, a pesquisa objetiva analisar, a partir de uma visão com base na corrente feminista de Relações Internacionais, a maneira como o Brasil por meio das suas políticas públicas de promoção do turismo impacta nas questões sociais, na construção da imagem da mulher brasileira, sobre tudo no âmbito internacional, e como o Estado age contra o turismo sexual.

Este trabalho se justifica, pois, no âmbito das relações internacionais é necessário entender as políticas públicas de cunho internacional do Estado e avaliar não só os impactos dessas políticas para além do Estado, mas também os impactos internos destas políticas. Aliado a isso, deve-se considerar o movimento de grupos de pessoas não nacionais como atores internacionais desencadeadores de efeitos em um Estado.

Esta pesquisa constatou que as políticas promovidas visando divulgar o Brasil e captar turistas utilizavam-se de modelos femininas vestidas em trajes de banho em praias do país. Este enfoque publicitário gerou repercussões no sentido de inserir o Brasil como destino para o turismo sexual. O Turismo com fim sexual agravou diretamente problemas sociais como a prostituição e pedofilia e indiretamente problemas como tráfico de drogas e crimes organizados.

Estes efeitos desencadearam a necessidade de novas políticas públicas para reparar estes danos. A corrente Feminista nas Relações Internacionais ressalta a necessidade da reflexão do uso do papel feminino e a necessidade de elencar um número expressivo e proporcional de mulheres nos cargos de decisões, para que assim as ações do Estado compreendam os impactos diretos neste setor da população e indiretos nos outros setores.

Os resultados da pesquisa demonstram que o Estado vem corrigindo sua postura com o novo enfoque publicitário e políticas públicas de controle dos problemas sociais, como campanhas e

ferramentas para denúncia da exploração sexual infantil, o que demonstra uma nova sensibilização sobre o tema. Por outro lado, este enfoque direto contra as explorações sexuais se apresenta apenas no âmbito interno, pois no âmbito externo, embora não se vincule mais o corpo feminino, não há campanhas para reparar a imagem da mulher brasileira formada pelas políticas anteriores.

Conclui-se que é perceptível a mudança de postura do Estado em seu Marketing Internacional para promoção do turismo e, tacitamente, o reconhecimento deste dos impactos causados pela política anterior. Estes eventos demonstram a importância de se refletir melhor sobre o papel e vinculação da imagem feminina e da necessidade de haver mais representatividade não apenas para mulheres, mas de todos os âmbitos da sociedade em cargos de decisão, para que efeitos novos efeitos negativos promovidos por políticas públicas não venha a ocorrer e assim o estado represente de fato os seus cidadãos.

Palavras-chave: marketing; mulheres; políticas públicas; relações internacionais; turismo.

OS ATRATIVOS TURÍSTICOS DE RORAIMA SOB O VIÉS DE UMA POLÍTICA PÚBLICA MULTIDIMENSIONAL

Bruno Muniz de Brito

O Brasil dispõe de uma vasta reserva dessas belezas, muitas delas ainda desconhecidas ou pouco visitadas pelas pessoas. A região da Amazônia é um destes importantes patrimônios onde se abrigam incontáveis espécies da fauna e da flora, riquezas naturais e paisagísticas que encanta quem as visitam. Essas paisagens e belezas naturais acabaram por tornar-se um grande produto de visitação do Brasil, sendo aproveitado turisticamente e recebendo pessoas de todas as partes do mundo.

Todavia, a imensidão desse patrimônio ainda não foi devidamente trabalhada tendo em vista seu tamanho e condições de acesso, aspectos estes que se tornam desafiadores para qualquer pessoa que deseje conhecer um enorme volume de biomas tão distintos e diversos, todos concentrados numa mesma região geográfica, distintos e impressionantes como não há igual no resto do mundo.

O âmago da situação sugere uma multidimensionalidade de impactos nos âmbitos social, ambiental, econômico, cultural e político nas próprias áreas naturais da Amazônia e seu entorno, produzindo uma situação de extrema complexidade e que precisa ser entendida de forma a subsidiar elementos que se prestem ao delineamento de parâmetros de sustentabilidade. Nesse sentido, elege-se como nuance desse escopo o estado de Roraima.

Com base nisso, é importante buscar condições e elementos que possam discorrer sobre a questão, já que as áreas naturais visitadas para prática do lazer no estado são importantes ícones de preservação. As áreas selecionadas para realização do estudo são: Corredeiras do Bem Querer (atrativo A) no município de Caracaraí; região da Serra Grande (atrativo B) no município do Cantá; Serra do Tepequém (atrativo C) no

município do Amajarí; Cachoeira do Urucá (atrativo D) no município de Uiramutã.

Essas importantes e belas áreas naturais de Roraima são visitadas semanalmente por centenas de pessoas, que acabam por viver momentos intensos de lazer e contemplação com a natureza, mas que, apesar disso, não tem a noção dos impactos que acabam causando a essas paisagens. Igualmente, foi importante questionar o seguinte aspecto: Quais políticas públicas são operadas pelos agentes governamentais (federal, estadual e municipal) em função do aproveitamento desses atrativos? Ao contemplar a análise desse rol de atrativos naturais elege-se como objetivo geral deste trabalho identificar as políticas públicas voltadas ao aproveitamento turístico destes atrativos naturais.

Os procedimentos metodológicos adotados para atingir o objetivo foram: Pesquisa documental e bibliográfica acerca da temática proposta junto aos órgãos públicos municipais, estaduais e federais, nos acervos das IES do estado e na literatura disponível por meio digital, e; Diário de campo, contendo as principais observações identificadas por meio das visitas técnicas realizadas a estes atrativos no primeiro semestre do ano de 2018 e, na sequência, as constatações decorrentes destas análises. Com base nessas pesquisas constatamos, enquanto conclusões parciais, que não operam ainda políticas públicas voltadas especificamente para o aproveitamento turístico destes atrativos.

Em cada uma das localidades visitadas foram encontrados fatores limitadores ao desenvolvimento do turismo regional, que foram: dificuldades de acesso por via terrestre, ausência de sinalização turística e informativa, falta de capacitação e qualificação profissional dos atores locais envolvidos direta e indiretamente com a atividade, restrição à visitação por conta dos atrativos estarem situados em terras indígenas e que ainda não possuírem um plano de visitação com base nas resoluções da FUNAI e, falta de planejamento estratégico do setor público associado à iniciativa privada, o que dificulta qualquer iniciativa de turismo regional.

Conclui-se, desta feita, que o turismo é uma importante atividade para estas localidades, dispõe de uma potencialidade enorme e em

mesma medida a aceitação da população. No entanto, faz-se imperativo que ações, projetos e políticas de turismo nas diversas esferas se concentrem em proporcionar meios com os quais a atividade possa desenvolver-se.

Palavras-chave: turismo; política pública; Roraima.

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E TURISMO: AS POLÍTICAS DE TURISMO IMPLEMENTADAS PELO GOVERNO DO ESTADO DE RORAIMA (1992 A 2017)

Brenda Maribel Pinedo Macedo

Roberto Ramos Santo

Mundialmente, o turismo é uma atividade econômica complexa e intersetorial, que está em plena ascensão, podendo ser um instrumento para o desenvolvimento local sustentável. Na análise do turismo como propulsor de desenvolvimento regional, a Organização Mundial do Turismo (OMT), desde os anos 1950, vê nesse setor uma sequência de forte crescimento econômico.

Para mostrar o impacto econômico deste setor, na atualidade, o informativo do Conselho Mundial de Viagens e Turismo, revela que, em 2016, o turismo internacional representou 7% das exportações mundiais, além disso, o turismo aporta 10% do Produto Interno Bruto (PIB) mundial (efeito direto, indireto e induzido); e também são responsáveis por um a cada onze empregos gerados no mundo.

No caso do Brasil, país considerado pelo Fórum Econômico Mundial como o número 1 em recursos naturais, tem o potencial para se posicionar como um dos principais destinos do segmento de natureza no mundo; especificamente se salienta o estado de Roraima, que é um estado amazônico com forte vocação para desenvolver turismo de aventura, etnoturismo, agroturismo, ecoturismo e turismo rural comunitário.

Além disso, localiza-se em uma tríplice fronteira entre Brasil, Venezuela e Guiana. Devido à complexidade social e ambiental que envolve o campo turístico, as políticas para sua organização são indispensáveis. Este estudo tem a pretensão de contribuir para reduzir a escassez de pesquisas que relacionam o turismo e as políticas públicas em Roraima e servir de base para nortear ações futuras dos responsáveis

pela gestão pública de turismo no estado, sendo também uma opção de conhecimento acadêmico para os demais envolvidos na atividade de turismo.

Nesse contexto, o objetivo deste trabalho é mostrar as ações de turismo realizadas pelo Governo do Estado de Roraima entre 1992 e 2017. Constitui-se em um estudo teórico-analítico, com abordagem qualitativa e utilização de pesquisas bibliográfica e documental. Por meio das referências teóricas, o estudo analisa o desenvolvimento do turismo e seus impactos com a participação do Estado.

Por meio da análise documental, relaciona as principais políticas públicas de turismo no Brasil e as ações, planos e programas, planejados e executados, pelo governo de Roraima para o desenvolvimento sustentável do turismo. É importante salientar que, na coleta de dados, também houve dificuldades em adquirir relatórios oficiais de avaliação das metas alcançadas pelo Departamento de turismo (DETUR) e informes estatísticos de turismo correspondentes ao período analisado.

Os resultados encontrados mostram as dificuldades do governo estadual em atingir seus objetivos e metas referentes ao desenvolvimento de uma política de turismo que atenda às necessidades locais, embora existam, nacionalmente, programas do governo federal direcionados ao desenvolvimento do turismo nas regiões do país. A razão disso está, principalmente, na falta de um corpo técnico mais qualificado para promover o turismo na burocracia do Estado.

Palavras-chave: desenvolvimento; políticas públicas; turismo; Roraima.

OS SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS DE BOA VISTA E A AUSÊNCIA DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA SUA CONSERVAÇÃO

José Cleiton Queiroz

Hariane dos Santos

Jordana Cavalcante

O trabalho aborda a falta de políticas públicas para a conservação do patrimônio arqueológico de Boa Vista/RR. Em Roraima existem inúmeros sítios arqueológicos, mas somente 119 sítios são registrados pelo IPHAN. Boa Vista, possui um rico patrimônio arqueológico, porém a ausência de políticas públicas interfere na preservação efetiva dos mesmos. Além disso, se faz necessário despertar e informar a comunidade a importância da preservação da cultura através dos sítios arqueológicos, pois é através deles que se entende e conhece o passado.

A Arqueologia é uma ciência que através da análise e interpretação dos vestígios materiais de uma cultura do passado, busca sua reconstituição. O passado pode ser trinta ou quarenta anos até dois ou três milhões de anos antes do presente. Os integrantes de uma cultura têm individualidades que identificam sua história, como a construção de suas casas, seus utensílios domésticos e suas formas de enterrar seus mortos. Os bens de natureza material de valor arqueológico e os sítios arqueológicos são patrimônios da união protegidos pela Lei nº 3924, de 26 de julho de 1961.

São passivos de processo judicial por danos ao patrimônio da união e omissão, os proprietários de terra que encontrarem qualquer achado arqueológico e não comunicarem ao IPHAN no prazo de 60 dias. Todos os sítios arqueológicos têm proteção legal e quando são reconhecidos devem ser cadastrados no Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos (CNSA). Os sítios arqueológicos são locais onde se encontram vestígios positivos de ocupação humana, são identificados

como cemitérios, sepulturas ou locais de pouso prolongado ou aldeamento, “estações” e “cerâmicos”, as grutas, lapas, abrigos sobre rochas, inscrições rupestres, locais com sulcos de polimento, os sambaquis e outros vestígios de atividades humanas.

Em Boa Vista os principais sítios arqueológicos estão localizados no Iate Club de Boa Vista, Roraima Garden 1 e Roraima Garden 2 ambos no bairro Caçarí e na reitoria do IFRR, no Calunga. Esses sítios são constantemente depredados e ameaçados pelo crescimento empreendedor e pela falta de informação e conscientização no que diz respeito a sua importância. A falta de políticas públicas no município nesses sítios os torna vulneráveis à destruição. E a falta de fiscalização das políticas públicas da união agrava mais a situação.

Como exemplo, há a construção do Roraima Garden shopping, que foi embargada a pedido do técnico em arqueologia Roberto Costa de Oliveira, pela falta de observação por parte dos empreendedores e órgãos de controle ambiental do estado ferindo os princípios norteadores na constituição brasileira referente à preservação ao patrimônio arqueológico nacional. O trabalho objetiva expor a falta de políticas públicas de conservação de sítios arqueológicos em Boa Vista/RR e excitar o interesse público sobre a preservação dos sítios arqueológicos. A pesquisa se deu através de uma abordagem qualitativa e descritiva.

Quanto aos procedimentos foram feitas pesquisas bibliográfica em livro, artigos, leis e documentos, pesquisas de campo, sites e visitas a órgão responsável, o IPHAN. Como resultados do trabalho, consideramos que o disposto dos arts. 215 e 216 da constituição federal, que entre outras regras estabelece como dever do estado proteger as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional constituindo patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e cientifico, incluindo ao poder público, com a colaboração da comunidade, promover e proteger o patrimônio cultural

brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação e de outras formas de acautelamento e preservação. De uma forma explicita, podemos afirmar que os artigos 215 e 216 da constrição federal não foram compridos, já que nenhuma pesquisa foi realizada previamente executada por profissionais devidamente habilitados, licenciados pelo IPHAN, em consonância com a portaria IPHAN nº230/2002.

Concluímos que a falta de planejamento, controle e gestão tornam os sítios arqueológicos inclinados à degradação e descaracterização da história. Não garantindo o direito a memória da cultura dos povos que ali habitavam. Apagando qualquer indicio arqueológico que se encontra na superfície e tornando-se mais vulneráveis. Diante de tais fatores, observa-se a necessidade de haver maior divulgação e esclarecimento sobre a relevância do patrimônio existente, para que a população, junto ao poder público, esteja apta a contribuir efetivamente para a elaboração de políticas públicas eficazes que visem sua proteção, e a penalização dos infratores.

Palavras-chave: Boa Vista; políticas públicas; sítios arqueológicos.

A GESTÃO DO ESTADO E A AUSÊNCIA DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE TURISMO PARA A REVITALIZAÇÃO DO MUSEU INTEGRADO DE RORAIMA

Dirliany Almeida

Jordana de Souza Cavalcante

Polyana Gomes Da Silva

O resumo é fruto de um trabalho desenvolvido no curso de pós-graduação do Instituto Federal Roraima, ao destacar a falta de políticas públicas no estado e revitalizar o museu integrado de Roraima que só existe no papel e atualmente está fechada ao público. O Museu Integrado de Roraima (MIRR) foi inaugurado em 13 de fevereiro de 1984, durante o governo de Arídio Martins de Magalhães, como uma divisão do Departamento de Cultura da Secretaria de Educação, Cultura e Desporto. Em 2003, o museu foi vinculado à Diretoria de Pesquisas e Estudos Amazônicos da Fundação de Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia do Estado de Roraima (FEMACT).

Desde a cisão da FEMACT, em duas instituições, em 2011, o MIRR se apresenta como uma diretoria do Instituto de Amparo a Ciência, Tecnologia e Inovação de Roraima (IACTI-RR). O MIRR é um museu público estadual localizado no Parque Anauá, um dos principais pontos turísticos da cidade de Boa Vista, capital do estado de Roraima. Fechado para visitação, sua estrutura está desmoronando, porém, abriga o mais importante acervo museológico do estado de Roraima.

A coleção, bastante diversificada, é composta por peças adquiridas por meio de coletas, aquisições e doações, abrangendo diversos temas, como geologia, botânica, zoologia, arqueologia, etnologia, história e artes visuais. Apesar de estarem fechados fisicamente, os pesquisadores do museu mantêm suas atividades de pesquisas nas áreas de zoologia e botânica, possuindo um grande acervo,

além de exposições temporárias temáticas e atividades culturais e educativas.

Com sua estrutura desabando, O MIRR possui auditório com capacidade para 140 pessoas destinado à realização de seminários, encontros, palestras, cursos e apresentações artísticas. Possui também biblioteca especializada em ciências naturais e humanas e laboratórios de pesquisa. Apresentando uma importância turística, histórica, cultural e científico, a gestão pública do estado não faz nada para revitalizar o prédio. Com isso, o MIRR vem sofrendo uma acelerada destruição de sua estrutura que culminou com o seu fechamento para o público desde o ano 2012 até o atual momento. Uma das consequências deste longo período fechado ao público é o abandono pela população geral e principalmente pelos gestores públicos.

O trabalho tem por objetivo discutir a ausência da gestão pública e política públicas de turismo do estado nas suas ações de revitalização e reabertura do Museu Integrado de Roraima. Por meio de pesquisa qualitativa, busca em artigos e bibliografias, observações. A observação in loco no museu foi feita para verificar as condições do prédio de visitação do MIRR. A análise da bibliografia foi baseada principalmente em registros de artigos publicados na mídia sobre o Museu no período de seu fechamento (2012-2018).

Dos resultados é que durante toda a história de vida do Museu desde que ele foi inaugurado, a ausência da gestão pública do estado é presente em várias áreas e no turismo não é diferente. Apesar de ter aberto a uma secretaria de cultura, o estado não apresenta nenhum projeto para revitalizar o museu, uma vez que as políticas públicas de turismo podem ser integradas com as de cultura já que no estado de Roraima só o departamento de turismo dentro da secretaria de planejamento do estado.

Atualmente, se trata da pior fase que ele está passando, com a forte chuva do inverno fica mais crítica à situação, necessitando com urgência de políticas públicas para revitalizá-lo. O fato do Museu Integrado de Roraima está fechado, implica negativamente na relação turismo e cultura, pois, parte da identidade do estado está sendo negada

aos turistas e a população em geral. Um dos grandes riscos que o museu sofre é o esquecimento da sua relevância cultural e educativa pelo seu público, enfraquecendo de forma mais intensiva a sua existência e a identidade do povo que desconhece a própria história. Desde 2012, o prédio de visitação encontra-se em estado de abandono, com sua estrutura ameaçada por ataques.de pragas como cupins nas suas principais vigas de sustentação. Esta foi uma das principais razões para o fechamento do mesmo, uma vez que oferecia perigo à integridade física de funcionários e visitantes.

Conclui-se que em Roraima são frequentes depredações do patrimônio, o estado perde parte de seus componentes históricos. A gestão pública se ausenta de políticas públicas e cabe as esferas do governo juntamente com a sociedade civil formular políticas para incentivar, apoiar e promover a manutenção do patrimônio cultural, histórico e turístico. O envolvimento da comunidade e os órgãos públicos é uma das ações básicas para o desenvolvimento do turismo e cultura, uma vez que é necessário que ela conheça e valorize o seu patrimônio. Desta forma, acreditamos que deve-se buscar oferecer experiências ricas e estimulantes voltadas para o conhecimento e o lazer, turismo e cultura com todas as comodidades e atrações possíveis de serem inseridas no museu integrado.

Palavras-chave: museu; políticas públicas; Roraima; turismo.

PLANO DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DO TURISMO SUSTENTÁVEL NA GESTÃO PÚBLICA DO TURISMO DO MUNICÍPIO DE BOA VISTA/RR

Jordana de Souza Cavalcante

Este trabalho apresenta uma análise das políticas de turismo do município de Boa Vista/RR, considerando o papel e a atuação da prefeitura por meio da análise do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável (PDITS), publicado em 2017 que se constitui em um documento de orientação para a gestão pública e privada do turismo no município de Boa Vista/RR, a fim de que os investimentos de todos os setores possam ser feitos de forma a responder aos objetivos que foram acordados durante o processo de planejamento do PDITS no curto, médio e longo prazos e que são compromisso assumido por todos os atores no turismo, incluindo como parte importante a participação da comunidade local, tudo isso, fomentado no setor do turismo em âmbito municipal – a Superintendência de Turismo - (FETEC-PMBV).

Observa-se a trajetória da instituição no contexto de ações de fomento ao setor, em especial no que se refere ao Programa Nacional de Desenvolvimento do Turismo (PRODETUR-RR), atualmente concluído no município. O estudo tem por objetivo apresentar como proposta e nortear o crescimento do setor de turismo de forma sustentável, ou seja, deve permitir a exploração racional dos recursos turísticos, em respeito ao meio ambiente natural e construído e à identidade cultural das populações residentes onde o turismo se desenvolve ao qual visa contribuir com um novo formato para a gestão pública do turismo boavistense, de modo a provocar arranjos e modelos de integração e sustentabilidade que se insere no contexto atual.

O PRODETUR RR, somado a outras inversões que direta ou indiretamente poderão influenciar positivamente o cenário vigente, acena como chave para a abertura dessas novas possibilidades juntamente com o PDITS. Contudo, faz-se ainda necessária a observação dos passos até

então percorridos e a reflexão sobre outros que sirvam à ancoragem de modos de gestão pública pautados no planejamento situacional. Dentro desse contexto um dos mais relevantes aspectos do setor, é a preocupação de que o mesmo se desenvolva em bases de sustentabilidade, o que exige a interface de relações responsáveis entre as organizações públicas, as instâncias de governança, o trade turístico e as comunidades locais, o que implica no desenvolvimento do turismo.

Conclui-se que, diante das oportunidades trazidas pelo PDITS, a falta de planejamento e de instrumentos adequados de gestão revela no tempo o desperdício de empreendimentos, na medida em que ações importantes são descontinuadas e desacompanhadas de análise e revisão, dissipando-se recursos, esforços, credibilidade, motivação e aprendizagem organizacional, uma vez que tal plano poderia ter sido feito antes já que os investimentos e recursos adquiridos pelo PDITS estão relacionados à recuperação e à valorização dos atrativos turísticos públicos necessários para promover, consolidar ou melhorar a competitividade dos destinos e dos empreendimentos turísticos de uma localidade.

Palavras-chave: gestão de turismo; plano de desenvolvimento; políticas públicas em turismo.

POLÍTICAS PÚBLICAS E O CENÁRIO AMBIENTAL NOS ATRATIVOS TURÍSTICOS DE RORAIMA: AS CORREDEIRAS DO BEM-QUERER NO MUNICÍPIO DE CARACARAÍ/RR

Endrio Rodrigues da Silva

Emanoela Mota Fernandes

Tallyson Sampaio Silva

O município de Caracaraí – sul do Estado de Roraima, é detentor de vários fatores que remetem ao desenvolvimento socioeconômico local e regional, com a perspectiva de proporcionar as adequações a expansão social de quem habita no lugar e para aqueles que o procuram enquanto destino turístico. Para o funcionamento desse incremento e preciso observar os principais aspectos que os entes públicos do estado de Roraima promovem, partindo do princípio da valorização cultural, patrimonial, econômica e sustentável com foco na atividade turística.

É este mesmo município que abriga as atrativas turísticas Corredeiras do Bem-Querer. Apesar disso, nem todos estes elementos são suficientes para proporcionar o desenvolvimento turístico local, de forma que o objetivo deste trabalho consiste em verificar como a gestão pública de turismo do estado de Roraima se compromete em levar investimentos necessários para que o desempenho funcional do turismo na região das Corredeiras do Bem-Querer seja gradativamente relevante no processo de mudança no paradigma e nos cenários econômico, social, político e ambiental.

Nesse sentido, é oportuno saber sobre as vias de trabalho do estado acerca das condições de preservação natural do atrativo turístico, se a infraestrutura está adequada para o acesso ao atrativo, e como é a integração das diretrizes estratégicas estaduais frente às melhorias dos cenários propostos pela Política Nacional de Turismo. Para tanto, a metodologia ensejada volta-se para a elaboração de uma pesquisa de campo no atrativo turístico em evidência, fazendo a coleta de

informações a respeito de como as políticas públicas estão inseridas de maneira que possa possibilitar a compreensão da atuação em prol da região ou de melhorias necessárias, utilizando-se de ferramentas de análise ambiental, tal como a Matriz S.W.O.T. da gestão administrativa nas atividades socioeconômicas do atrativo turístico.

A partir disso, constatou-se que as políticas públicas geradas pelo governo em questão devem trabalhar ligada a infraestrutura local, no que tange ao abastecimento de energia elétrica distribuída via rede estadual integrada, e de abastecimento de água. Constatou-se ainda que toda região do atrativo sofra com a falta de iluminação pública, tornando seu acesso dificultoso e isso impacta de certo modo na vida dos habitantes.

Além disso, possui ausência de saneamento básico, de modo que para um lugar caracterizado como sítio arqueológico (detentor de um forte peso cultural) é um problema muito grave que pode gerar consequências para a população, para a economia, e principalmente para o meio ambiente, onde esse fator já demonstra dificuldades em razão da fiscalização não recorrente. Isso traz um diagnóstico ambiental do atrativo desprovido de questões simples que ajudaria a alavancar o desenvolvimento socioeconômico da região, além das empresas que circundam o atrativo e precisam dessas melhorias e de todas aquelas que poderiam ser geradas em função disso.

Aquelas existentes ficam muito limitadas às condições pessimistas que o cenário apresenta isso pode ser explicada por uma ferramenta estratégica chamada Matriz SWOT, responsável por fazer essa análise e prover disso as oportunidades e ameaças encontradas no estudo. E um caso importante a se questionar, por conta de que as empresas na região ajudam na propagação do ponto turístico trazendo visibilidade, isto já reflete a parte econômica da região que gera empregos e fazem o serviço social que a prefeitura do município de Caracaraí deve ficar atenta, por conta de que sua ausência e relatada em meio da sociedade residente no atrativo turístico.

Com base na pesquisa feita no ponto turístico, conclui-se que o estudo da análise do cenário ambiental voltada para o atrativo das

Corredeiras do Bem-Querer intensifica o que precisa ser feito para o crescimento socioeconômico da região, beneficiando a expectativa de vida dos moradores locais, tornando-se acessível à possibilidade de serviços públicos não oferecidos pelo município de Caracaraí e do governo do estado de Roraima em tempos atuais. A matriz de verificação mostra um cenário pessimista para as organizações empresariais afetando a economia e para a comunidade residente entorno do atrativo, envolvendo os aspectos sociais citados acima.

Palavras-chave: cenário ambiental; Corredeiras do Bem-Querer; matriz SWOT.

TEORIA E PRÁTICAS DE CONDUÇÃO LOCAL NO MUNICÍPIO DO CANTÁ: QUALIFICAÇÃO DE PROFISSIONAIS NA CONDUÇÃO E RECEPÇÃO AO VISITANTE

Kaís Yadne da Silva Brito

Bruno Muniz de Brito

O turismo é uma das ferramentas que gera desenvolvimento em inúmeros setores, seja no transporte, na hotelaria e nos restaurantes, de forma que chamamos isso de cadeia turística. Uma simples visita de um turista pode gerar pontos positivos e negativos em uma determinada região, e para que os números sejam positivos devemos sempre apostar em qualificação profissional para que todos sejam sempre bem recebidos e levem a melhor impressão possível do local que esteja visitando.

Colocamos em cena o condutor local, que até parece um pouco com guia de turismo, porém ele opera na região em que reside, conhece desde a história até a geografia do local, para auxiliar os visitantes que buscam por informações daquela determinada localidade. O condutor local, além de auxiliar aos visitantes, também é um agente capaz de beneficiar a economia local, oferecendo serviços de condução aos atrativos locais da região em que reside.

No município do Cantá (que está localizado a 30km do município de Boa Vista, a capital do estado de Roraima) tivemos a grande oportunidade de, juntamente com o Departamento de Turismo de Roraima – DETUR em parceria com a Universidade Estadual de Roraima e a Prefeitura do Cantá, oferecer um mini curso de capacitação com a teoria e a prática para condutores locais do município, fazendo com que o turismo na região possa se desenvolver e esses condutores tenham a melhor qualificação possível para recepcionar visitantes que buscam os atrativos do município como forma de lazer.

O minicurso foi dividido em dois momentos: uma parte teórica, expondo as normas técnicas, e a prática, onde foi empreendido um trabalho real de recepção junto a um grupo de discentes da UERR,

oportunizando aplicar o conhecimento obtido por ocasião da atividade. Levando infraestrutura para uma região, que pode vir a seu um possível destino turístico, viabilizam-se muitas melhorias e até mesmo a comunidade terá prazer em receber os visitantes que desejam conhecer a região.

O turismo vem sendo desenvolvido a muitos anos como uma forma de lazer, saúde, cultura entre outros aspectos. Com o passar dos anos cada segmentação vai se modificando e se aprimorando. Pensando nisso a teoria e a pratica para um profissional na área da condução/guiamento é fundamental para que esse profissional possa oferecer o melhor serviço e informações da região e atrativos em que o visitante almeja conhecer.

Relatar de que forma a teoria e a pratica pode melhorar a qualificação dos condutores locais no Município do Cantá. • Relatar de que forma o condutor local pode influenciar no desenvolvimento do turismo no município do Cantá. • Descrever quais são as dificuldades enfrentadas pelos condutores do município do Cantá ao recepcionar um visitante na região. Este estudo enfatiza-se pela acepção da pesquisa exploratória, além de métodos e pesquisas bibliográficas enquanto procedimentos básicos para buscar o entendimento sobre quaisquer aspectos do tema em epigrafe.

Este estudo também se relacionou em comparar as formas de melhoria de um profissional qualificado para o mercado e qual diferença que ele exerce que será feito de uma forma qualitativa. Os resultados que obtivemos durante o minicurso de condução local no município do Cantá constatam que se precisa de cada vez mais de profissionais qualificados para o conforto e segurança do turista que visita a região.

O grande atrativo do município é a trilha até o topo da Serra Grande, que por sua vez no inverno vira um local cheio de cachoeiras e também tem toda uma vista panorâmica para o Rio Branco e serve como uma opção de trilha para os amantes da natureza. A teoria e a prática aplicadas no curso (se executada de forma correta pelos condutores) pode gerar ainda mais visibilidade para uma região que possivelmente possa ser um destino turístico do estado de Roraima. Esses condutores,

após todo o aprendizado que obtiveram, com certeza irão trabalhar com mais segurança e respaldo.

Portanto, com a teoria e a pratica de condução local no município do Cantá, podemos ver a necessidade de qualificação aos profissionais que por sua vez eram condutores, porém não tinham qualificação adequada para executarem esse tipo de condução. Com o minicurso falamos de todas as normas técnicas e básicas que um condutor deve ter, também aplicamos na prática tudo o que foi explanado em sala de aula.

Quando falamos de turismo, falamos do bem receber e de toda hospitalidade com a qual o turismo proporciona. Devemos, cada vez mais, apostar em incluir no mercado pessoas que desempenhem seu papel com responsabilidade e dedicação, para que gerem frutos positivos e assim possa criar visibilidade para sua região, cuidando e zelando pelo atrativo em que está operando guiamento.

Palavras-chave: Cantá; desenvolvimento regional; política de qualificação; turismo.

CAPACITAÇÃO DE CONDUTORES LOCAIS NO MUNICÍPIO DO CANTÁ: A IMPORTÂNCIA DO INCENTIVO PÚBLICO

Valeska Doric da Silva

O incentivo público para o desenvolvimento do turismo. Através de ações semelhantes, muitos outros municípios podem também ser beneficiados com essa capacitação de condutores. Para que se consolidem como atividade econômica viável, dependem de políticas públicas que valorizem os conhecimentos, saberes e tradições das comunidades e estimulem o empreendedorismo social.

Discutir os aspectos da capacitação de condutores locais, segundo uma concepção teórica e prática com alguns princípios básicos: a participação comunitária, a organização das ações e parcerias entre as entidades envolvidas. A vida de cada indivíduo é determinada por ações que refletem o local onde se vive. A capacitação deu-se no Município do Cantá-RR. A didática seguiu um padrão de abordagens teóricas e práticas, consoante às práticas da condução turística, tendo como referência o manual de condução local elaborado pelo Ministério do Turismo.

A demanda surgiu da prefeitura do munícipio, a qual entrou em contato com o Departamento de Turismo de Roraima (DETUR), que por sua vez remeteu convite ao curso de Bacharelado em Turismo da Universidade Estadual de Roraima (UERR), tendo sido o mesmo desempenhando por discentes da instituição acompanhados de um professor supervisor. Os candidatos ao curso de capacitação foram selecionados pela própria Prefeitura, por meio da Coordenadoria de Turismo do município. Foram capacitadas 15 pessoas da comunidade local, as quais participaram da atividade em busca de crescimento e qualificação profissional.

Os mesmos apresentaram algumas características, tais como a vivência/atuação na região e compromisso de devolver com comunidade os conhecimentos adquiridos, estimulando a preservação ambiental e o

desenvolvimento com práticas sustentáveis. O curso teve duração de 40 (quarenta) horas, divididos em 8 (oito) módulos teóricos e práticas de 20 (vinte) horas, realizados em 2 finais de semanas seguidos (07 e 08 / 14 e 15 de abril) durante o dia inteiro com intervalo para almoço. Os módulos foram ministrados por graduandas da UERR e as atividades práticas foram desenvolvidas pelos participantes sob a orientação das ministrantes.

Toda logística e suporte foram dados pelo DETUR (entrando com a parte do transporte) e Prefeitura do Cantá (entrando com a parte da alimentação e local para realização da capacitação), para que as acadêmicas pudessem passar o conhecimento adquirido ao longo da graduação. Pois as mesmas foram voluntárias a ministrar a capacitação quando coordenador do curso lançou a proposta. Sendo quase 1 (um) mês de estudo e preparo.

O condutor é preferencialmente um integrante do entorno ou da localidade onde atua, um "nativo", apresentando conhecimentos vivenciais do meio biológico e cultural do que interpreta, o que o difere dos demais sujeitos do "mercado" turístico. Ao final do curso foram capacitados 15 condutores locais do município do Cantá. Estes deverão desenvolver as atividades na localidade de forma sustentável, preservando o ambiente explorado pela atividade turística.

Os gestores públicos podem e devem incentivar o desenvolvimento do turismo através de ações do tipo. A realização do curso de capacitação foi possível graças ao envolvimento de um todo. As ações diretamente ligadas para o fortalecimento da atividade turística estão em promover cursos de capacitação, seminários, encontros e discussões voltados ao turismo. Mas para que isso ocorra, é fundamental que todos conheçam o potencial dos municípios.

Palavras-chave: condutor local; desenvolvimento sustentável; gestão pública.

AUTORES

AUTORES

Alessandra Lemos

Ana Cláudia Batista Lima Souza

Ana Lia Farias Vale

André Andriw da Silva

Andressa Diogenes

Balbina Líbia de Souza Santos

Barbara Vitoria dos Santos Magalhães

Brenda Maribel Pinedo Macedo

Breno Barbosa Borges

Bruna Wendy Mendonça Cortez

Bruno Muniz de Brito

Cândida Alzira Bentes de Magalhães Senhoras

Caroline de Moura Antunes

Caroline Gomes dos Santos

Claycia Maria Rocha Machado

Débora Fontoura

Deivy Batista Abreu

Dirliany Almeida

Dorete Padilha

Ednil Libanio da Costa Junior

Elói Martins Senhoras

Élysson Bruno Fontenele de Albuquerque

AUTORES

Emanoela Mota Fernandes

Emanuele Lima

Emanuelle Mendonça de Oliveira

Endrio Rodrigues da Silva

Erico Verissimo Assunção de Carvalho

Evelyn Faria da Silva Luz;

Felipe Oliveira Guimarães

Fernanda Gabriela S. C. de Lima

Francisco Visgueira

Francisleile Lima Nascimento

Geórgia de Souza Melo

Geyza Alves Pimentel

Giovanna Lacerda

Gisele Gabriela

Hariane dos Santos

Haroldo Eurico Amoras dos Santos

Hugo Alt Diniz

Ivan David Castro Chacon

Jaiandra Maina Queiroz Furtado

João Pedro Morais

Jordana Cavalcante

José Cleiton Queiroz

AUTORES

Julliana da Silva Christ

Kaís Yadne da Silva Brito

Kely Cristina de Souza Lúcio

Leila Chagas de Souza Costa

Márcia Teixeira Falcão

Marcos Antônio Braga de Freitas

Marcos de Lima Gomes

Maria Carolina Morales Baú

Maria Clara Campos

Maria de Nazaré Dias Macêdo

Marianna Zawadi Kitenge

Milena Ramos Pereira

Nannibia Oliveira Cabral

Neider Andrey Devia Merchan

Nicholas Martins

Ordilei Rocha Pereira

Paulo Henrique Rodriques da Costa

Patrícia Rodrigues Figueira

Polyana Gomes da Silva

Rayssa Veras Rodrigues

Renata Morgado Silva

Roberto Ramos Santos

AUTORES

Rodrigo Carvalho Cazuza

Shaline Ram Uchôa

Silvana Borghi Gandur Pigari

Tallyson Sampaio Silva

Theresa Silva Melville

Valeska Doric da Silva

Vitor Fernando Matias Melo

Vítor Plácido dos Santos Peres

COLEÇÃO

Comunicação & Políticas Públicas

NORMAS PARA PUBLICAÇÃO

O Núcleo de Pesquisa Semiótica da Amazônia (NUPS), da Universidade Federal de Roraima (UFRR), está à frente do selo coleção "Comunicação & Políticas Públicas" e recebe propostas de livros a serem publicados em fluxo contínuo em qualquer período do ano.

O texto que for submetido para avaliação deverá ter uma extensão de no mínimo de 40 laudas e no máximo 100 laudas configuradas obrigatoriamente em espaçamento 1,5, letra Times New Roman e tamanho de fonte 12. Todo o texto deve seguir as normas da ABNT.

Os elementos pré-textuais como dedicatória e agradecimento não devem constar no livro. Os elementos pós-textuais como biografia do autor de até 10 linhas e referências bibliográficas são obrigatórios. As imagens e figuras deverão ser apresentadas em arquivos separados, de maneira que ao longo do texto do livro sejam apenas indicados os espaços onde serão inseridas. As imagens deverão ser nomeadas e numeradas conforme os espaços indicados no texto.

A submissão do livro deverá ser realizada por meio do envio online de arquivo documento (.doc) em Word for Windows 6.0 ou versão mais recente. O autor ou autores devem encaminhar para o e-mail nupsbooks@gmail.com três arquivos: a) formulário de identificação do autor e da obra, b) livro com sumário no formato Word for Windows 6.0 ou versão mais recente, e, c) via escaneada de carta de autorização assinada pelo (s) autor (es) atestando que cede(m) seus direitos autorais da obra para a editora da Universidade Federal de Roraima.

ENDEREÇO DE CORRESPONDÊNCIA

Coleção "Comunicação & Políticas Públicas"

Núcleo de Pesquisa Semiótica da Amazônia (NUPS)

Universidade Federal de Roraima (UFRR)

Campus Paricarana

Bloco 1. Sala 179. Av. Cap. Ene Garcez, n. 2413.

Bairro Aeroporto. Boa Vista, RR.

 + 55 (95) 981235533 /  nupsbooks@gmail.com

 www.livroeletronico.net